



n . 4
out-dez
2 0 2 2

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editores Executivos

Marianna Albuquerque e Diogo Ives de Quadros

Editor Adjunto

Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Guilherme Queiroz Alves

Jefferson Nascimento

Leandro Wolpert dos Santos

Maria Carolina Barreto

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Marllon Motta da Rocha

Pedro Lange Netto Machado

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

UMA ONDA VERDE CONTRA A EXTREMA-DIREITA.....PÁGINA 04

ARTIGOS

**MONITOR ELEITORAL: AS ELEIÇÕES DE 2022 E A POLARIZAÇÃO DA POLÍTICA
BRASILEIRA..... PÁGINA 08**

**O BRASIL NA COP27 E A ESPERANÇA DE RETOMADA DO PROTAGONISMO
CLIMÁTICO..... PÁGINA 20**

**UM NOVO CAMINHO PARA A PAZ? BREVE ANÁLISE DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE
O GOVERNO E O ELN NA COLÔMBIA..... PÁGINA 28**

**O LONGO PROCESSO CONSTITUINTE NO CHILE E OS RUMOS DO GOVERNO
BORIC..... PÁGINA 34**

Editorial

Uma Onda Verde contra a extrema-direita

Quando assumiu seu terceiro mandato de presidente da República, em 1º de janeiro de 2023, Luiz Inácio Lula da Silva declarou, no discurso de posse, que “foi a democracia a grande vitoriosa nesta eleição”, pois o embate havia se dado “frente a adversários inspirados no fascismo” e contra uma “onda de extremismo autoritário” que está articulada ao redor do planeta. Diante deste perigo, Lula anunciou o propósito de reconstruir as bases democráticas do Estado brasileiro e de mobilizá-lo “na direção de um crescimento econômico sustentável, ambientalmente e socialmente”. Destacou, ainda, que “nenhum outro país tem as condições do Brasil para se tornar uma grande potência ambiental, a partir da criatividade da bioeconomia e dos empreendimentos da sociobiodiversidade”¹.

Ademais, Lula vinculou expressamente este projeto de desenvolvimento à política externa, ao afirmar que “o mundo espera que o Brasil volte a ser um líder no enfrentamento à crise climática e um exemplo de país social e ambientalmente responsável”. Tal protagonismo seria concretizado, ainda segundo o discurso, por meio da integração sul-americana (a partir do Mercosul e da Unasul), do diálogo ativo e altivo com potências globais, do BRICS, da cooperação com a África, do desenvolvimento solidário da Amazônia com “soberania e responsabilidade”, e da criação de “instâncias democráticas de acesso à informação confiável e de responsabilização dos meios [tecnológicos] pelos quais o veneno do ódio e da mentira são inoculados”².

Os recados dados por Lula no ato inaugural do seu novo governo indicam que haverá uma inserção internacional brasileira, pelos próximos quatro anos, com diferenças importantes em relação ao que se viu nos seus mandatos anteriores³. Ainda que se prometam retomar ações emblemáticas da política externa dos anos 2003-2010, o objetivo de empreendê-las não é exatamente o mesmo. No início daquela época, conforme expressou na Carta ao Povo Brasileiro, em 2002, Lula priorizava a superação da crise econômica pela qual passava o país por meio da ação de um Estado concebido como indutor do crescimento econômico e da autonomia nacional⁴. Nos anos seguintes, ações de política externa incluíram a articulação do G20 comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC); do G20 financeiro, após a eclosão da crise econômica internacional; do BRIC (à época sem a África do Sul), das Cúpulas América do Sul-Países Árabes e América do Sul-África, além da expansão do Mercosul. Estes movimentos tinham um mesmo sentido de atualizar o desenvolvimentismo, internacionalizar o capitalismo brasileiro com ajuda do Estado, abrir mercados e construir uma nova geografia comercial do mundo, com mais espaço para países do Sul.

Por sua vez, a tônica atual é posta no combate à extrema-direita brasileira, liderada atualmente por Jair Bolsonaro e vinculada a um movimento transnacional, que vem pondo em xeque a democracia liberal em países do Norte e do Sul. Entre 2003 e 2010, a ideia de um Estado indutor da economia contrapunha-se ao modelo de Estado neoliberal ou mínimo, mais inclinado ao livre mercado e difundido sobretudo pelos Estados Unidos como receita universal de desenvolvimento durante seu momento unipolar nas relações internacionais, após o fim da Guerra Fria. No Brasil, o PSDB era a representação política desta antítese. Entretanto, ambos os projetos de país se aproximavam na defesa do liberalismo político como complemento aos dois tipos de regime econômico. Havia debates em pontos como o

1 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932450-leia-o-discurso-do-presidente-lula-na-integra/>. Acesso em 14/02/2023.

2 Ibid.

3 Ver LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. CEBRI-Revista, Ano 2, Número 5 (Jan-Mar), 2023.

4 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em 14/02/2023.



nível ideal de participação social no Estado ou a distribuição de poder entre Executivo e Legislativo (permeada por escândalos de compras de votos que perpassaram governos), por exemplo, porém a discussão se guiava pela construção de um regime político com pretensão de respeitar a liberdade de expressão da sociedade e a lógica de pesos-e-contrapesos entre poderes do Estado.

Atualmente, o liberalismo político deixou de ser ponto pacífico no Brasil, o que aumentou a distância entre concepções de mundo e dificultou a convivência entre coalizões sociopolíticas distintas, que reúnem atores tanto do Estado, como da sociedade. Como se viu na última eleição, uma coalizão democrática liderada por Lula ainda se orienta por um ideal de Estado de bem-estar social, procurando articular, em linhas gerais, atuação econômica do Estado e tolerância política. Por sua vez, uma coalizão autoritária capitaneada por Bolsonaro, com expressiva adesão de agentes de segurança e defesa, radicalizou a defesa do livre mercado, afastando-se do liberalismo clássico e se aproximando do libertarianismo econômico, no qual tudo o que diz respeito a instituições civis do Estado, negociação política, regulamentação da atividade privada e comportamentos desviantes do padrão conservador é visto como um mal social.

O desafio atual de Lula é muito mais complexo do que foi há dez anos, pois, à tarefa de construir um capitalismo brasileiro mais autônomo e menos desigual, soma-se o imperativo de defender o Estado Democrático de Direito sob ameaça hoje, como ilustraram os ataques de depredação ao Palácio do Planalto, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, perpetrados por hordas bolsonaristas, em 8 de janeiro. Um primeiro movimento no enfrentamento da extrema-direita brasileira foi a própria retomada do controle do Estado por forças democráticas, articuladas em uma frente ampla, que reuniu adversários políticos do passado de Lula tanto à direita, quanto à esquerda. A partir disto, Lula indica, no seu discurso de posse, que pretende combater outras duas bases de sustentação do bolsonarismo: a sua economia política e a sua infraestrutura comunicacional.

Elevar a importância da pauta ambiental no novo mandato tem o sentido estratégico de aumentar a vigilância, a punição e a inviabilização do enriquecimento ilícito que empresários de parte do agronegócio brasileiro obtiveram por meio de crimes ambientais praticados em áreas da Amazônia e do Cerrado, nos últimos anos, e do qual se valem para financiar políticos e comunicadores do bolsonarismo. Por sua vez, avançar a regulamentação da comunicação virtual permite criar novos instrumentos de pressão contra as grandes empresas privadas de tecnologia (*big techs*) para que se empenhem mais no controle da difusão de mensagens falsas e intolerantes que circulam com enorme facilidade na internet atualmente⁵.

A política externa coloca-se como um instrumento imprescindível nestes esforços. Passadas as primeiras semanas do novo governo, ainda não foram anunciadas medidas de peso para o tema da comunicação virtual, porém gestos vêm sendo feitos neste sentido. Em 2 de fevereiro, Lula declarou, em entrevista à imprensa, que deseja que o G20 passe a discutir o tema da desinformação (o Brasil ocupará a presidência do grupo a partir de dezembro)⁶. Além disso, em 14 de fevereiro, houve a confirmação de que o presidente brasileiro enviará uma mensagem de vídeo para a primeira conferência global da UNESCO sobre desinformação e regulamentação de redes sociais, a ser realizada em Paris, entre 21 e 23 de fevereiro, reunindo 1.500 representantes de governos, empresariado e sociedade civil⁷.

Por sua vez, diversas ações de política externa já foram tomadas para demarcar o desenvolvimento sustentável como tema de destaque no novo governo. Já no dia 1º de janeiro, foi revogada uma série de medidas tomadas pelo governo antecessor, inclusive a paralisação

5 MILANI, Carlos; IVES, Diogo. A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. *CEBRI-Revista*, Ano 2, Número 5 (Jan-Mar), 2023.

6 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-defende-que-regulacao-de-redes-sociais-seja-discutida-no-g20/>. Acesso em 15/02/2023.

7 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/unesco-convida-lula-barroso-e-felipe-neto-para-forum-que-vai-propor-regulamentacao-das-redes-sociais/>. Acesso em 15/02/2023.



do Fundo Amazônia, que conta com recursos da Alemanha e da Noruega⁸. Em 11 de janeiro, o Itamaraty formalizou um pedido, na ONU, para que Belém seja sede da COP30, em 2025, conforme Lula havia prometido na COP27, realizada em Sharm el-Sheik, em 2022⁹. Em 17 de janeiro, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, compareceram juntos ao Fórum Econômico de Davos, defenderam o combate ao extremismo político e pleitearam investimentos estrangeiros para o enfrentamento das mudanças climáticas e a proteção da biodiversidade, especialmente na Amazônia¹⁰.

No plano regional, em 24 de janeiro, Lula fez sua primeira viagem ao exterior, rumo à Argentina, onde assinou acordos bilaterais com Alberto Fernández focados em energia, em parte fóssil (financiamento de um gasoduto com recursos do BNDES e elaboração de projetos de exploração de petróleo *offshore*), em parte renovável (estudos para a criação de cadeias produtivas de biocombustíveis, hidrogênio, lítio e energia hidrelétrica, eólica e solar)¹¹. Na mesma ocasião, Lula compareceu à 7ª Cúpula da CELAC, em Buenos Aires, na qual propôs a revitalização da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A declaração final da cúpula enfatizou o respeito aos valores democráticos e a cobrança de recursos de países ricos para que a América Latina avance no cumprimento do Acordo do Clima de Paris, de 2015, e do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, de 2022¹². Em seguida, em 25 de janeiro, Lula viajou ao Uruguai, onde defendeu, em evento com Luis Lacalle Pou, que os membros do Mercosul sigam negociando conjuntamente o acordo comercial com a União Europeia, travado em 2020 devido, em parte, a críticas europeias ao desmatamento da Amazônia. O presidente brasileiro também recebeu, da prefeitura de Montevidéu, o prêmio “Más Verde”, que reconhece figuras públicas que agem em prol do meio ambiente¹³.

Na relação com grandes potências, ainda em janeiro, no dia 30, o primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, fez uma visita ao Brasil. Com Lula, anunciou o relançamento da parceria estratégica bilateral, com foco na promoção da paz, expansão de energias renováveis (especialmente hidrogênio verde), combate às alterações climáticas e combate à pobreza¹⁴. Finalmente, em 10 de fevereiro, Lula viajou para os Estados Unidos, onde se reuniu com Joe Biden. A declaração emitida no encontro salientou o compromisso conjunto de fortalecer a democracia, combater a violência política, proteger os direitos humanos (com destaque para o tema do racismo) e enfrentar a crise climática (por meio de aportes dos Estados Unidos ao Fundo Amazônia e da reativação do Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima, criado em 2015)¹⁵.

Como se vê, em cerca de 45 dias de mandato, o rol de ações de política externa voltadas para o tema do meio ambiente, intimamente articulado ao combate da extrema-direita, foi expressivo. Estas medidas complementam esforços de outras políticas públicas para avançar um desenvolvimento sustentável no plano doméstico e reimpulsionam uma projeção internacional do Brasil no debate multilateral global, após os últimos quatro anos de isolamento, com ativismo restrito a áreas específicas e articuladas com a defesa de valores conservadores. Além disso, implicam um reposicionamento do país enquanto liderança na integração sul-americana. Ao enfatizar o tema ambiental, o novo governo Lula promete

8 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64142127>. Acesso em 15/02/2023.

9 Disponível em: <https://www.oc.eco.br/brasil-apresenta-candidatura-de-belem-como-sede-da-cop30/>. Acesso em 15/02/2023.

10 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/reforcaremos-compromisso-de-sustentabilidade-fiscal-e-ambiental-diz-haddad-em-davos/>. Acesso em 15/02/2023.

11 Disponível em: <https://epbr.com.br/acordo-brasil-argentina-promete-gas-barato-e-parceria-em-transicao-energetica/>. Acesso em 15/02/2023.

12 Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/78782/celac-demanda-com-urgencia-direito-dos-paises-ricos-para-enfrentar-emergencia-climatica>. Acesso em 15/02/2023.

13 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/25/lula-visita-uruguai-em-tentativa-de-preservar-o-mercosul.ghtml>. Acesso em 15/02/2023.

14 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2023/visita-ao-brasil-do-chanceler-federal-da-alemanha-olaf-scholz>. Acesso em 15/02/2023.

15 Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/declaracao-conjunta-da-reuniao-entre-os-presidentes-lula-e-biden/>. Acesso em 15/02/2023.

dar um impulso decisivo para uma atualização da agenda progressista regional, que os governos de Gabriel Boric, no Chile, e Gustavo Petro, na Colômbia, já vinham construindo, também sob pressão de uma extrema-direita forte em seus respectivos países.

A Onda Rosa latino-americana, que vigorou nos primeiros 15 anos do século XXI, foi marcada por propostas alternativas de esquerda e centro-esquerda ao livre mercado e à globalização financeira, enfrentando uma direita neoliberal contrária a políticas industriais e proteções trabalhistas. Países como Bolívia e Equador inovaram ao propor a construção de um socialismo democrático com respeito a direitos da natureza. Por sua vez, o atual momento regional é diferente, sendo marcado por um refluxo do horizonte socialista (em grande medida, devido à crise contínua na Venezuela) e por uma afirmação de projetos de capitalismo de bem-estar social com maior responsabilidade ambiental, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias com baixa emissão de gases de efeito estufa, em sintonia com discussões sobre um Green New Deal nos Estados Unidos e na União Europeia hoje. Podemos estar no começo de uma Onda Verde, em que governos da América Latina buscam reformar o capitalismo em direção a versões mais sustentáveis, disputando seus rumos com uma extrema-direita que nega as mudanças climáticas e busca lucros extraordinários com a espoliação pura e simples da natureza.

Esta edição do Boletim traz artigos que contemplam os três países que figuram hoje na liderança desta Onda Verde. O primeiro artigo, de Leandro Wolpert dos Santos, apresenta uma síntese dos principais resultados das eleições brasileiras de 2022, tanto para o Executivo como para o Legislativo. O segundo artigo, escrito por Marianna Albuquerque e Marília Closs, descreve a participação do Brasil na COP27, que marcou a volta do país aos fóruns multilaterais, e os principais resultados do evento. O terceiro artigo, de Fernanda Nanci e Andrés Niño, trata do processo de negociação entre o Estado colombiano e o “Ejército de Libertación Nacional”, impulsionado pelo governo Petro e mediado por vários atores internacionais, inclusive o Brasil. Por fim, o quarto artigo, escrito por Diogo Ives, analisa as principais medidas de política doméstica e externa do governo Boric, no Chile, entre março e dezembro de 2022, à luz das tensões que permeiam o processo constitucional que o país vive.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023

Maria Regina Soares de Lima
Marianna Albuquerque
Diogo Ives

Coordenadores OPSA



Monitor Eleitoral: As eleições de 2022 e a polarização da política brasileira

Leandro Wolpert dos Santos
Pesquisador OPSA

Introdução

As eleições presidenciais no Brasil realizadas em outubro de 2022 converteram-se em um importante marco na história de nosso país. Não faltam razões para tanto: foram as eleições em que compareceu o maior número de brasileiros às urnas, 123.714.906 no primeiro turno e 124.268.466 no segundo¹⁶; o candidato vitorioso, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se o primeiro presidente a ser eleito três vezes no Brasil; Lula também foi o candidato mais votado da história nacional no primeiro e segundo turnos e passou a figurar como a pessoa mais velha a assumir a presidência em 2023; seu adversário na disputa eleitoral, Jair Bolsonaro, foi o segundo colocado que mais recebeu votos nas eleições presidenciais; após ser derrotado nas urnas, Bolsonaro igualmente se tornou o primeiro presidente brasileiro a não conseguir se reeleger; por fim, a eleição presidencial de 2022 destacou-se por ser a mais disputada da história, ao apresentar a menor diferença na quantidade de votos já registrada entre os primeiro e segundo colocados no segundo turno (cerca de 2 milhões de votos, o equivalente a menos de 2% dos votos válidos)¹⁷, reflexo da extrema polarização política que hoje vive o país.

Neste artigo, buscamos analisar como se deu essa importante disputa eleitoral no Brasil, bem como a nova correlação de forças que se afigurou na política doméstica nacional após os resultados das eleições gerais¹⁸. Para tanto, além desta introdução e das considerações finais, o texto foi dividido em três seções: na primeira e na segunda, respectivamente, examinamos a campanha eleitoral e apresentamos os resultados do primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais; na terceira seção, a análise recai sobre a distribuição partidária das cadeiras no parlamento brasileiro, tanto na Câmara quanto no Senado Federal, além dos governadores estaduais.

A polarização da disputa eleitoral no primeiro turno

Ao todo, treze candidaturas à presidência da República foram apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em agosto de 2022: José Maria Eymael, pelo partido Democracia Cristã (DC); Simone Nassar Tebet, pela coligação formada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Cidadania; Luiz Felipe Chaves D'Ávila, pelo Partido Novo (NOVO); Sofia Padua Manzano, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); Ciro Ferreira Gomes, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); Jair Messias Bolsonaro, pela coligação formada pelo Partido Liberal (PL), Progressistas (PP) e Republicanos; Pablo Henrique Costa Marçal, pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Vera Lucia Pereira da Silva Salgado, pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Luiz Inácio Lula Da Silva, pela coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a frente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista

¹⁶ O número absoluto da abstenção dos eleitores em 2022 também foi o maior já registrado, com 32.739.105 de ausentes no primeiro turno e 32.185.545 no segundo. Em termos relativos, o índice de abstenção no primeiro turno de 2022 (20,9% do eleitorado) só é superado pelo índice de abstenção na eleição de 1998 (21,5% do eleitorado). Entretanto, no segundo turno de 2022, o número de eleitores ausentes caiu pela primeira vez desde a redemocratização do país. (TSE. Estatísticas de eleição. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/estatisticas-eleicao?session=10227061993183>. Acesso em: 12/02/2023; BBC News Brasil. Lula eleito presidente: abstenção cai pela 1ª vez no 2º turno de eleição presidencial desde a redemocratização, 30/10/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63421487>. Acesso em: 12/02/2023).

¹⁷ TSE op. cit.

¹⁸ Além da eleição presidencial, as eleições gerais compreendem a eleição de governadores para cada estado brasileiro, deputados estaduais e federais, bem como senadores federais.

do Brasil (PCdoB), Partido Verde (PV), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Rede Sustentabilidade (REDE), Solidariedade, Avante e Agir; Roberto Jefferson Monteiro Francisco, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Soraya Vieira Thronicke, pelo União Brasil; e Leonardo Péricles Vieira Roque, pelo Unidade Popular (UP)¹⁹.

Com o cancelamento da candidatura de Marçal e o ingresso do PROS na coligação capitaneada pelo PT no início de setembro, o número de treze candidaturas foi reduzido para doze. Também em setembro, a candidatura de Jefferson foi indeferida pelo TSE, em função da pena de inelegibilidade a cargos públicos imposta ao deputado federal por sua condenação no caso de corrupção conhecido como “Mensalão”. Para concorrer no seu lugar, o PTB indicou Kelmon Luis da Silva Souza, também conhecido como Padre Kelmon²⁰.

Apesar do número elevado de candidaturas, a disputa eleitoral acabou se restringindo aos candidatos Lula e Bolsonaro, no que, como dito, pode ser considerada a eleição mais polarizada na história do Brasil. Com efeito, desde antes da campanha eleitoral, até a conclusão das eleições em outubro de 2022, as principais pesquisas de intenção de voto sempre apontaram nessa direção. Segundo um levantamento feito pelo Instituto Data Folha em junho de 2022, por exemplo, Lula e Bolsonaro somavam mais de 70% das intenções de voto, com o petista à frente com 47% das intenções seguido por Bolsonaro com 28%. Nesse cenário, considerando-se apenas os votos válidos (ou seja, excluídos os brancos e os nulos), o Data Folha previa a vitória de Lula ainda no primeiro turno, com 53% dos votos válidos, contra os 32% de Bolsonaro²¹. Nesse mesmo mês, uma pesquisa do IPEC indicava que Lula e Bolsonaro possuíam juntos 72% das intenções de voto e que, assim como previra o Data Folha, o candidato petista seria eleito ainda no primeiro turno, caso as eleições ocorressem naquele momento, por apresentar 11 pontos percentuais a mais que a soma de todos os seus possíveis adversários²².

Às vésperas do primeiro turno, essa polarização não só se manteve como também se aprofundou. Em 1º de outubro, um dia antes, portanto, das eleições, uma pesquisa realizada pelo Data Folha indicava que Lula e Bolsonaro detinham mais de 80% das intenções de votos juntos: o primeiro com 48% e o segundo com 33%. Considerados apenas os votos válidos, Lula aparecia com 50% das intenções de voto, ao passo que Bolsonaro, 33%, o que revelava também uma pequena tendência (quase dentro da margem de erro de 2%) de redução da distância entre os dois candidatos²³. As estatísticas apresentadas pelo IPEC no mesmo dia não diferiam muito das do Data Folha: Lula despontava com 47% dos votos totais e 51% dos válidos, seguido por Bolsonaro com 37% dos totais e válidos²⁴.

Os resultados das urnas no dia 2 de outubro confirmaram a polarização identificada anteriormente pelas pesquisas de intenção de voto: Lula e Bolsonaro receberam juntos mais de 87% do total de votos e mais de 95% dos votos válidos, de modo que nenhum outro candidato logrou alcançar sequer 10% do eleitorado brasileiro²⁵. De fato, Lula e Bolsonaro foram os dois candidatos mais votados em todos os municípios e estados do Brasil, como demonstram os mapas 1 e 2 nas páginas a seguir. Dito de outra forma, nenhum município

19 TSE op. cit.

20 TSE op. cit.; Figo, Anderson. TSE barra candidatura de Roberto Jefferson à Presidência da República. In: InfoMoney, 01/09/2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/tse-barra-candidatura-de-roberto-jefferson-a-presidencia-da-republica/>. Acesso em: 13/02/2023.

21 Durães, Mariana. Datafolha: Lula segue líder e vence em 1º turno, com 53% dos votos válidos. In: UOL, 23/06/2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/06/23/datafolha-pesquisa-junho-2022-lula-bolsonaro-ciro.htm>. Acesso em: 13/02/2023.

22 IstoÉ. Ipec: Lula tem 49% das intenções de voto; Bolsonaro soma 23%, 25/06/2023. Disponível em: <https://istoe.com.br/ipec-lula-tem-49-das-intencoes-de-voto-bolsonaro-soma-23/>. Acesso em: 13/02/2023.

23 G1. Datafolha, votos válidos: Lula 50%; Bolsonaro 36%, 01/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/10/01/datafolha-votos-validos-lula-50percent-bolsonaro-36percent.ghtml>. Acesso em: 13/02/2023.

24 CNN. Pesquisa Ipec para presidente: Lula tem 51% dos votos válidos; Bolsonaro, 37%, 01/10/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-ipecc-para-presidente-lula-tem-51-dos-votos-validos-bolsonaro-37/>. Acesso em: 13/02/2023.

25 Tebet e Ciro, terceiro e quartos colocados, receberam, respectivamente, 4,16% (4.915.423) e 3,04% (3.599.287) dos votos válidos. Os demais candidatos não chegaram sequer a somar 1% dos votos válidos. TSE op. cit.



nem estado brasileiro registrou, no primeiro turno, outro candidato vencedor na disputa presidencial que não fosse Lula ou Bolsonaro.

Mapa 1: Distribuição por unidade federativa dos votos para presidente da República no primeiro turno (02/out/2022)



■ Lula vitorioso

■ Bolsonaro vitorioso

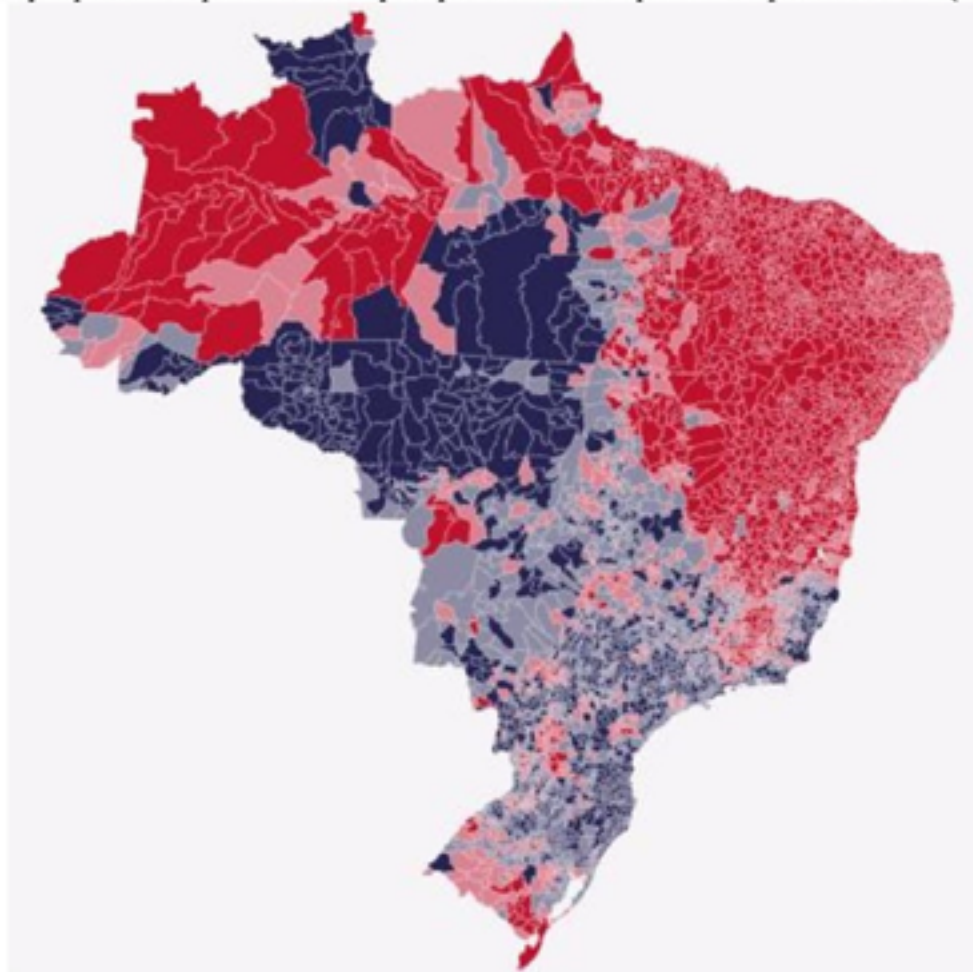
Fonte: Matheus Magenta/BBC News²⁶.

Os mapas 1 e 2 também mostram claramente como a polarização política se manifestou espacialmente pelo território nacional, com a maior parte da porção norte do país (toda região Nordeste e maior parte da região Norte) votando a favor de Lula, ao passo que a porção sul, em Bolsonaro. Essa divisão espacial não é fortuita e está intimamente associada à desigualdade socioeconômica que segrega as diferentes regiões do Brasil. Além de reconhecidamente ter adotado um olhar especial para o povo nordestino durante seus dois primeiros mandatos, implementando uma série de políticas públicas que visavam atender as necessidades mais prementes da região onde nasceu e passou parte da sua infância, Lula sempre teve entre os menos favorecidos o principal apoio a sua candidatura.

²⁶ Magenta, Matheus. Lula e Bolsonaro se enfrentarão em 2º turno após disputa mais apertada do que previam pesquisas. In: BBC News Brasil, 02/10/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63059143>. Acesso em: 13/02/2023.

Em contraste, era na região Sul e entre os eleitores com renda familiar acima de cinco salários mínimos que Bolsonaro conseguia reduzir a distância para o adversário petista ou até mesmo superá-lo²⁷.

Mapa 2: Distribuição por municípios dos votos para presidente da República no primeiro turno (02/out/2022)



■ Lula vitorioso

■ Bolsonaro vitorioso

Ps: conforme maior a tonalidade cor, maior também a distância no número de votos em relação ao adversário

Fonte: G1²⁸.

A polarização política no país, porém, não se restringiu às diferenças na renda da população ou às regiões políticas do território nacional. Abarcou também outros cortes sociais, como religião, sexo e faixa etária. Uma pesquisa do instituto Datatempo realizada em meados de setembro, por exemplo, indicava Lula liderando com maior folga entre eleitores jovens de 16 e 24 anos, mulheres e sem religião. Bolsonaro, por sua vez, tinha a preferência do eleitorado evangélico²⁹. Celebidades, artistas, cantores, influenciadores digitais, estrelas do futebol e até mesmo lutadores de MMA de igual modo viriam a dividir seu apoio a um ou outro candidato no decorrer do segundo turno³⁰.

27 Sardinha, Edson. Exclusivo: Bolsonaro só ganha de Lula entre evangélicos e eleitores com maior renda. In: Congresso em Foco – UOL, 22/09/2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/exclusivo-bolsonaro-so-ganha-de-lula-entre-evangelicos-e-eleitores-com-maior-renda/>. Acesso em: 20/02/2023.

28 G1. Mapa da Apuração no Brasil, 27/10/2022. Disponível em: <https://especiaisg1.globo/politica/eleicoes/2022/mapas/mapa-da-apuracao-no-brasil-presidente/2-turno/>. Acesso em: 13/02/2023.

29 Corrêa, Ricardo. DATATEMPO: Saiba quem são os eleitores de Lula e Bolsonaro. In: O Tempo, 20/09/2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/datatempo/datatempo-saiba-quem-sao-os-eleitores-de-lula-e-bolsonaro-1.2543660>. Acesso em: 20/02/2023.

30 O Estado de São Paulo. Quais famosos apoiam Lula ou Bolsonaro? Confira lista com os principais nomes,



Contudo, apesar de acertarem a macrotendência da disputa eleitoral, os principais centros de pesquisa erram em muito a diferença na quantidade de votos que Lula e Bolsonaro receberam no primeiro turno. Como previsto, o candidato petista saiu vitorioso no primeiro turno ao ganhar cerca de 57 milhões de votos, o que representava 46,28% dos votos totais e 48,43% dos válidos. Todavia, a distância em relação a Bolsonaro mostrou-se bem menor do que as pesquisas indicavam: este recebeu cerca de 51 milhões de votos, o equivalente a 41,28% dos votos totais e 43,2% dos válidos, uma diferença, portanto, de apenas cinco pontos percentuais para o seu principal adversário³¹.

O acirramento da polarização e da disputa eleitoral no segundo turno

Os erros cometidos pelos centros de pesquisa no primeiro turno alimentaram a polarização no país ao longo do segundo turno, ao servirem de munição para os ataques à lisura do sistema eleitoral brasileiro por parte de Bolsonaro e seus apoiadores. Desde o início da campanha, o bolsonarismo vinha levantando suspeitas antecipadas e infundadas sobre os resultados das eleições caso seu candidato saísse derrotado nas urnas³². Porém, após o primeiro turno, os ataques recrudesceram, sob alegações de que a candidatura bolsonarista estava sendo alvo de censura pela campanha do TSE contra a desinformação por meio da divulgação de *Fake News* durante o processo eleitoral³³.

Na última semana da campanha eleitoral no segundo turno, os ataques ganharam contornos violentos e golpistas. No dia 23 de setembro, Roberto Jefferson, aliado de Bolsonaro, recebeu em sua casa, a tiros e granadas, agentes da polícia federal, após ter tido sua prisão decretada devido a manifestações antidemocráticas, propagação do ódio, incentivo à violência e ofensas pessoais a autoridades do Judiciário brasileiro³⁴. Diante da enorme repercussão negativa, Bolsonaro decidiu não acobertar Jefferson, mas procurou desviar o foco da atenção pública por meio de acusações a supostos fraudes na redução da quantidade de inserções de sua campanha nas rádios brasileiras³⁵. Por fim, um dia antes da eleição, a deputada Carla Zambelli, outra fiel aliada de Bolsonaro, foi flagrada com um revólver em punho perseguindo um cidadão preto pelas ruas de São Paulo, em plena infração à resolução do TSE que proíbe o porte de armas às vésperas da eleição³⁶.

Com efeito, a campanha do segundo turno foi assinalada por ilegalidades de toda ordem. Se, no primeiro turno, foram apanhadas conversas particulares de um grupo de empresários influentes que cogitavam um possível golpe de Estado no caso da vitória de Lula³⁷, no segundo turno, diversos empresários, de pequeno a grande porte, desde aliados a meros simpatizantes de Bolsonaro, passaram a pressionar sistematicamente

24/10/2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/famosos-que-apoiam-bolsonaro-lula-eleicoes-2022/>. Acesso em: 20/02/2023. G1. Bolsonaro recebe apoio de grupo de lutadores durante agenda de campanha em São Paulo, 21/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/10/21/bolsonaro-agenda-campanha-lutadores-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 20/02/2023.

31 TSE op. cit.

32 Gazeta do Povo. “Se eu tiver menos de 60% dos votos, algo de anormal aconteceu no TSE”, diz Bolsonaro, 19/09/2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/se-eu-tiver-menos-de-60-dos-votos-algo-de-anormal-aconteceu-no-tse-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 21/02/2023.

33 Silva, Gilberto. Por que bolsonaristas estão acusando o TSE de censura: Apoiadores do presidente afirmam viver “ditadura do TSE”. In: Veja, 19/10/2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/virou-viral/por-que-bolsonaristas-estao-acusando-o-tse-de-censura/>. Acesso em: 21/02/2023.

34 Figueiredo, Carolina; et. al. Roberto Jefferson resiste à prisão e atira contra policiais federais no RJ. In: CNN Brasil, 23/10/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/roberto-jefferson-diz-em-video-ter-atirado-contr-a-policiais-federais-no-rj/>. Acesso em: 21/02/2023.

35 Roberto Netto, Paulo; Martins, Leonardo; Vinhal, Gabriela. Bolsonaro questiona inserções de rádio e pede suspensão de programa de Lula, 21/10/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/24/bolsonaro-questiona-insercoes-de-radio-e-pede-suspensao-de-programa-de-lula.htm>. Acesso em: 21/02/2023.

36 Moliterno, Danilo. Zambelli diz ter “ignorado conscientemente” resolução do TSE sobre porte de armas. In: CNN Brasil, 29/10/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/zambelli-diz-ter-ignorado-conscientemente-resolucao-do-tse-sobre-porte-de-armas/>. Acesso em: 21/02/2023.

37 UOL. Site: Empresários bolsonaristas defendem golpe em caso de vitória de Lula, 17/08/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/17/empresarios-declaracoes-eleicoes.htm>. Acesso em: 21/02/2023.

seus funcionários a votarem em seu candidato de preferência através do abuso do poder econômico, materializado em chantagens e ameaças de demissão em massa³⁸. Lideranças religiosas e autoridades de órgãos públicos seguiram na mesma direção³⁹.

Bolsonaro usou a máquina pública a seu favor para turbinar a própria campanha através da liberação de recursos públicos com fins eleitoreiros, do financiamento de aparições em comícios públicos, e da organização de eventos de campanha em pleno Palácio do Alvorada⁴⁰. Ademais, surgiram inúmeras denúncias sobre o suposto emprego deliberado da Polícia Rodoviária Federal pelo governo para dificultar eleitores de Lula, sobretudo no Nordeste, de se dirigirem ao local das urnas no dia da votação⁴¹. Embora o Ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, tenha negado que a ação policial tivesse impedido os eleitores de votar⁴², salta aos olhos o fato de a Polícia Rodoviária Federal ter descumprido uma decisão tomada pelo próprio TSE no dia anterior que proibia a realização de operações de fiscalização no transporte público disponibilizado aos eleitores⁴³.

Para fazer frente à ascensão do bolsonarismo de extrema direita, a estratégia escolhida por Lula consistiu em ampliar e consolidar a articulação de uma ampla frente democrática, reunindo setores de esquerda e centro direita do espectro político-ideológico. Contrariando as preferências de sua própria base de apoio, o candidato petista, antes mesmo do lançamento oficial da campanha eleitoral, chamou para compor chapa como vice-presidente seu outrora adversário Geraldo Alckmin. Associado ao pensamento liberal e a empresários paulistas, Alckmin é considerado um dos fundadores do PSDB, principal partido que antagonizou a disputa pelo poder durante os governos petistas⁴⁴. Sem embargo,

38 O Globo. Número de denúncias de assédio eleitoral passa de 1.000, 21/10/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/10/numero-de-denuncias-de-assedio-eleitoral-passa-de-1000.ghtml>. Acesso em: 21/02/2023.

39 Braun, Julia. Eleições 2022: pastores fazem pressão por voto e ameaçam fiéis com punição divina e medidas disciplinares. In: BBC News Brasil, 19/10/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63209750>. Acesso em: 21/02/2023.

40 Tomazelli, Idiana; Rocha, Marcelo. Bolsonaro intensifica uso da máquina para tentar ganhar eleição: especialistas veem violação. In: Folha de São Paulo, 09/10/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/bolsonaro-intensifica-uso-da-maquina-para-tentar-ganhar-eleicao-especialistas-veem-violacao.shtml>. Acesso em: 21/02/2023; Folhapress. Governo Bolsonaro já tomou 18 iniciativas que usam estrutura estatal e dão vantagem eleitoral; veja. In: Estado de Minas Gerais, 21/10/2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/21/interna_politica,1410124/governo-bolsonaro-ja-tomou-18-iniciativas-que-usam-estrutura-estatal-e-dao.shtml. Acesso em: 21/02/2023; Caram, Bernardo; Brito, Ricardo; Marreiro, Flavia. Analysis: Bolsonaro's cash injection gains traction with poor Brazilians ahead of vote. In: Reuters, 26/10/2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/bolsonaros-cash-injection-gains-traction-with-poor-brazilians-ahead-vote-2022-10-25/>. Acesso em: 21/02/2023.

41 Matos, Caio; Costa, Sylvio. Governo Bolsonaro usa PRF para impedir acesso dos eleitores de Lula a seções eleitorais. In: UOL: Congresso Em Foco, 30/10/2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/governo-bolsonaro-usa-prf-para-impedir-acesso-dos-eleitores-de-lula-a-secoes-eleitorais/>. Acesso em: 21/02/2023; Madeiro, Carlos; Motta, Anaís; Roberto Netto, Paulo. Eleitores reclamam de operações da PRF que atrasam voto; veja relatos. In: UOL, 30/10/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleitores/2022/10/30/operacoes-prf-2-turno.htm>. Acesso em: 21/02/2023; Folha de Pernambuco. Parlamentares da oposição denunciam ações da PRF para impedir eleitores nordestinos de votar, 30/10/2022; Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/parlamentares-do-pt-denunciam-acoes-da-prf-para-impedir-eleitores/245241/>. Acesso em: 21/02/2023.

42 Elias, Juliana; Ribbeiro, Leonardo. Alexandre de Moraes diz que operações da PRF não impediram eleitores de votar. In: CNN Brasil, 30/10/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alexandre-de-moraes-diz-que-operacoes-da-prf-nao-impediram-eleitores-de-votar/>. Acesso em: 21/02/2023.

43 TSE. TSE restringe operações da PRF sobre transporte público e divulgação de ações da PF, 30/10/2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/tse-proibe-prf-de-realizar-operacoes-direcionadas-ao-transporte-publico-de-eleitores>. Acesso em: 21/02/2022. De acordo com dados ventilados pela imprensa, foram realizadas pelo menos 560 abordagens de fiscalização a coletivos fazendo transporte público de eleitores no dia 30 de outubro (BBC News Brasil. Quem é Silvinei Vasques, diretor da PRF intimado para desobstruir rodovias ocupadas por bolsonaristas, 30/10/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63450910>. Acesso em: 21/02/2023.

44 Alckmin integrou o PSDB desde sua fundação em 1988 até 2021. Durante esse período, foi governador do Estado de São Paulo por quatro mandatos (2001-2002; 2003-2006; 2011-2014 e 2015-2018) e lançou sua candidatura à presidência da República em duas ocasiões (2006 e 2018). Na primeira, inclusive, teve como principal



para viabilizar sua aliança com Lula nas eleições de 2022, Alckmin teve antes de filiar-se ao PSB.

No segundo turno, outros aliados do campo da direita foram arregimentados na candidatura de Lula, a exemplo dos economistas Armínio Fraga, Pedro Malan, Persio Arida e Edmar Bacha. Candidatos do primeiro turno nas eleições presidenciais de 2022, como Ciro Gomes e Simone Tebet, e de 2018, como Marina Silva e o empresário João Amoedo, também se somaram ao grupo, que contou ainda com a manifestação de apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do senador tucano José Serra⁴⁵. Antes disso, nomes como Aloysio Nunes e Henrique Meirelles já haviam declarado seu voto no candidato petista, reforçando seu apoio no segundo turno. Além das dez siglas que compunham a coligação que lançou sua candidatura, Lula ganhou o apoio de mais seis partidos após o primeiro turno⁴⁶.

Embora com alcance mais restrito no espectro político-ideológico, a candidatura de Bolsonaro contou com o apoio de nomes importantes, como os do senador e do deputado federal eleitos Sergio Moro e Deltan Dallagnol, respectivamente, ambos protagonistas na Operação Lava Jato que culminou na prisão de Lula em 2018; dos governadores eleitos/reeleitos de Minas Gerais, Romeu Zema, Rio de Janeiro, Cláudio Castro, Distrito federal, Ibaneis Rocha, Goiás, Ronaldo Caiado, entre outros⁴⁷; além de generais de reserva como Braga Neto e Hamilton Mourão, este eleito senador pelo Rio Grande do Sul e aquele indicado como vice na chapa de Bolsonaro. Além dos três partidos que patrocinaram sua candidatura no primeiro turno, Bolsonaro ganhou o apoio de apenas mais duas siglas no segundo turno⁴⁸.

Ao mesmo tempo em que eram capazes de galvanizar o apoio de amplos segmentos da sociedade, Lula e Bolsonaro também sofriam elevadas taxas de rejeição popular. Conforme pesquisa do Data Folha realizada nos dias 28 e 29 de outubro, 46% dos eleitores diziam não votar no candidato petista de jeito maneira, enquanto 50% diziam o mesmo em relação a Bolsonaro. Contra Lula, pesavam acusações sobre casos de corrupção durante as gestões petistas e o próprio fato de Lula ter ficado preso por mais de um ano em função da Lava Jato. Por sua vez, problemas socioeconômicos, como o aumento da fome na população brasileira, e a má gestão da pandemia no país figuravam entre as principais críticas a Bolsonaro. Além de representarem mais uma evidência da clara divisão do país, os elevados níveis de rejeições de ambos os candidatos de igual constituem um marco inédito nas eleições presidenciais de 2022⁴⁹.

Contudo, Lula conseguiu costurar uma coalizão política mais ampla que aglutinava diferentes segmentos sociais, desde movimentos populares até nomes ligados ao empresariado. No dia 30 de outubro, tal coalizão elegeu Lula como (nem tão) novo presidente do Brasil, concedendo-lhe um pouco mais de 60,3 milhões de votos no segundo turno, o que representavam 48,56% dos votos totais e 50,9% dos válidos. Derrotado, Bolsonaro ganhou cerca de 58,2 milhões de votos, o equivalente a 46,83% dos votos totais e 49,1% dos válidos⁵⁰. adversário Lula, com quem protagonizou acalorados embates no primeiro e segundo turnos.

45 O Estado de São Paulo. Eleições 2022: veja quem declarou apoio a Lula e a Bolsonaro no segundo turno, 07/10/2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes-2022-veja-quem-declarou-apoio-a-lula-e-a-bolsonaro-no-segundo-turno/>. Acesso em: 21/02/2023.

46 Declaram apoio a Lula no segundo turno os partidos PDT, Cidadania, PCB, PSTU, UP e o PCO (Partido da Causa Operária). Moliterno, Danilo; Sapio, Marcello. 16 partidos apoiam Lula para o 2º turno; cinco aderem a Bolsonaro. In: CNN Brasil, 10/10/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/15-partidos-apoiam-lula-para-o-2o-turno-cinco-aderem-a-bolsonaro/>. Acesso em: 21/02/2023.

47 O Estado de São Paulo, op. cit.

48 Declararam apoio a Bolsonaro no segundo turno os partidos PSC e PTB (Moliterno, Danilo; Sapio, Marcello, op. cit.). Os partidos União Brasil, MDB, PSDB, Podemos, Patriotas, Novo, DC, PMB (Partido da Mulher Brasileira) e PSD (Partido Social Democrático) se declararam neutros e liberaram seus diretórios estaduais e/ou filiados para escolherem seus candidatos. Os partidos PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) e PMN (Partido da Mobilização Nacional) optaram por não lançar nenhuma candidatura própria nem compor coligação ou formalizar o apoio a candidatos de outras legendas.

49 Gielow, Igor. Datafolha: 50% dizem não votar em Bolsonaro de jeito nenhum, ante 46% em Lula. In: Folha de São Paulo, 29/10/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-50-dizem-nao-votar-em-bolsonaro-de-jeito-nenhum-ante-46-em-lula.shtml>. Acesso em: 21/02/2023.

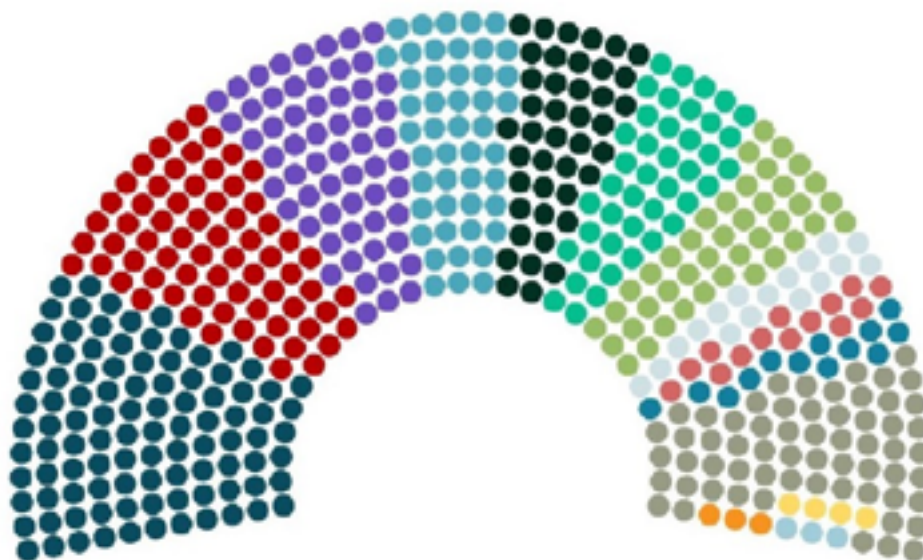
50 TSE. Estatísticas de eleição. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/estatisticas>

A nova correlação de forças políticas após as eleições

A vitória de Lula não significou o declínio do bolsonarismo na política brasileira. Seja porque, como vimos, a diferença entre o candidato petista e seu adversário foi pouco mais de 1% dos votos, sendo impossível, portanto, menosprezar a força que Bolsonaro conseguiu reunir ao seu redor; seja porque diversos aliados e líderes do bolsonarismo foram eleitos com uma quantidade expressiva de votos para cargos representativos no Congresso Nacional. É certo que o PT foi uma das siglas que mais elegeu parlamentares nas eleições de 2022, aumentando sua participação nas duas casas do Legislativo: de 56 para 68, na Câmara dos Deputados, e de 7 para 9, no Senado Federal (ver figuras 1 e 2 nas páginas a seguir). Na Câmara dos Deputados, o PT deverá atuar em bloco ao lado dos partidos PCdoB e PV, com quem formou uma federação, garantindo, assim, 12 assentos adicionais. Com isso, o partido do presidente eleito passará a figurar, em 2023, como a segunda maior força partidária na Câmara dos Deputados.

Sem embargo, a legenda que mais elegeu parlamentares, tanto na Câmara, quanto no Senado, não foi o PT, mas o PL, partido do agora ex-presidente Bolsonaro. Nas eleições de 2022, o PL arrebatou 99 assentos na Câmara dos Deputados, 23 a mais do que já tinha antes das eleições. No Senado Federal, o PL saltou de 7 para 13 representantes, tornando-se, assim, a maior bancada partidária nas duas casas legislativas. A superioridade numérica do PL mostra-se ainda mais evidente na casa baixa, onde a legenda possui 31 deputados a mais do que o PT.



Figura 1: Composição das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados Federais a partir de 2023.

Partido	2018	2022	2023	Varição (bancada atual vs. eleita)
● PL (ex-PR)	33	76	99	+23
● PT	56	56	68	+12
● UB (fusão de DEM e PSL)	0	51	59	+8
● PP	37	58	47	-11
● PSD	35	46	42	-4
● MDB	34	37	42	+5
● REPUBLICANOS (ex-PRB)	29	44	41	-3
● PDT	28	19	17	-2
● PSB	32	24	14	-10
● PSDB	30	22	13	-9
● PODE	11	9	12	+3
● PSOL	10	8	12	+4
● AVANTE	7	6	7	+1
● PC do B	9	8	6	-2
● PSC	7	9	6	-3
● PV	4	4	6	+2
● CIDADANIA (ex-PPS)*	8	7	5	-2
● SOLIDARIEDADE	13	8	4	-4
● PATRI	5	5	4	-1
● NOVO	8	8	3	-5
● PROS	8	4	3	-1
● REDE	1	2	2	0
● PTB	10	3	1	-2

Fonte: adaptado de BBC News Brasil⁵¹.

51 BBC News Brasil. Eleições 2022: quantos deputados e senadores cada partido elegeu, 04/10/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63115390>. Acesso em: 12/02/2023.

Figura 2: Composição das bancadas partidárias no Senado Federal a partir de 2023.

Partido	Bancada atual	A partir de 2023 ^a	Saldo de cadeiras
● PL (ex-PR)	7	13	+6
● UB (fusão de DEM e PSL)	8	12	+4
● MDB	13	10	+3
● PSD	11	10	+1
● PT	7	9	+2
● PP	8	7	+1
● PODE	8	6	+2
● PSDB	6	4	+2
● REPUBLICANOS (ex-PRB)	1	3	+2
● PDT	3	2	+1
● PROS	2	1	+1
● CIDADANIA (ex-PPS)	1	1	0
● PSB	1	1	0
● PSC	1	1	0
● REDE	1	1	0
● PTB	2	0	+2
● Sem partido	1	0	+1

Fonte: BBC News Brasil ⁵².

Portanto, é possível conjecturar que a nova correlação de forças que se plasmou na política doméstica brasileira após as eleições de 2022 trará grandes desafios para a governabilidade do presidente eleito. É certo que as bancadas do PP e Republicanos, partidos que endossaram o governo e a candidatura de Bolsonaro, encolheram na Câmara dos Deputados, com a perda de 11 e 3 assentos, respectivamente. No entanto, ambas as siglas seguem figurando entre as maiores forças partidárias na casa baixa: com 47 representantes, o PP possui a quarta maior bancada na Câmara; não muito distante, aparece o Republicanos com a sétima maior bancada, composta por 41 parlamentares. No Senado Federal, o PP perdeu um assento, mas o Republicanos ganhou dois. Juntos, representam uma força não



desprezível, com dez representantes somados, três a menos do que o PL e um a mais do que o PT.

Ademais, observe-se o notório crescimento do União Brasil, formado a partir da fusão entre o Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL) em 2021. Com efeito, o UB foi o terceiro partido que mais elegeu deputados federais (59) e o segundo que mais elegeu senadores (12). Além de se localizar à direita do espectro político ideológico⁵³, o que naturalmente levará o partido a embates com o governo eleito na discussão de políticas públicas, o UB é composto por diversos parlamentares alinhados a Bolsonaro e/ou que fizeram oposição a Lula, a exemplo do senador Sergio Moro e do deputado Kim Kataguirí. É certo que, após a concessão de três ministérios (Turismo, Comunicações, e Integração Nacional) para indicações do partido, o presidente do UB, Luciano Bivar, prometeu o apoio da maioria de sua bancada ao governo Lula nas duas casas parlamentares⁵⁴. Entretanto, a legenda ainda não está satisfeita com o que lhe foi ofertado e, segundo Bivar, a entrega dos ministérios não significa necessariamente que o UB passará a compor a base do governo⁵⁵. A posição ambígua do partido tem gerado descontentamento em ambas as partes: do governo, que cobra maiores garantias de apoio da legenda; e de próprios correligionários do UB, críticos da aliança com os petistas⁵⁶.

Por fim, nota-se também o declínio da participação de partidos aliados ao governo Lula, a exemplo do PDT, PSB e PCdoB, que perderam, juntos, 14 assentos na Câmara dos Deputados. Ainda que importante, o crescimento do PSOL (4 assentos) e do PV (2 assentos) não foi suficiente para compensar as perdas no campo da esquerda. No Senado Federal, a situação manteve-se praticamente inalterada, com PDT, PSB e Rede tendo uma participação mínima na casa. Em síntese, a nova correlação de forças que se afigurou no parlamento brasileiro caracteriza-se pelo predomínio da direita em detrimento da esquerda, com PL, PP, Republicanos e UB somando 246 deputados e 35 senadores, o equivalente a 48% e 43% dos plenários de cada casa, respectivamente; e PT, PCdoB, PV, PSOL, Rede, PSB e PDT totalizando juntos 125 deputados e 13 senadores, o equivalente a 24,36% da Câmara e 16% do Senado. Acresce-se a isso o aumento das bancadas religiosa e militar no Congresso, com a eleição de 22 deputados ligados a igreja e de 38 integrantes das Forças Armadas e policiais⁵⁷.

Esse panorama não difere muito quando a análise recai sobre os governadores eleitos nas unidades federativas (ver figura 3 a seguir). Aqui, o UB volta a se destacar, elegendo os representantes de quatro estados. Junto com o PT, foi o partido que mais elegeu governadores estaduais. PL, PP e Republicanos governarão seis estados juntos. Somados ao PSDB e Novo, que, apesar de se declararem neutros no segundo turno, também estão localizados à direita do espectro político-ideológico, tem-se que 14 das 27 unidades federativas, isto é, mais da metade delas, serão governadas pela direita. No campo da esquerda, PT e PSB somam apenas sete governos estaduais, pouco mais de um quarto do total.

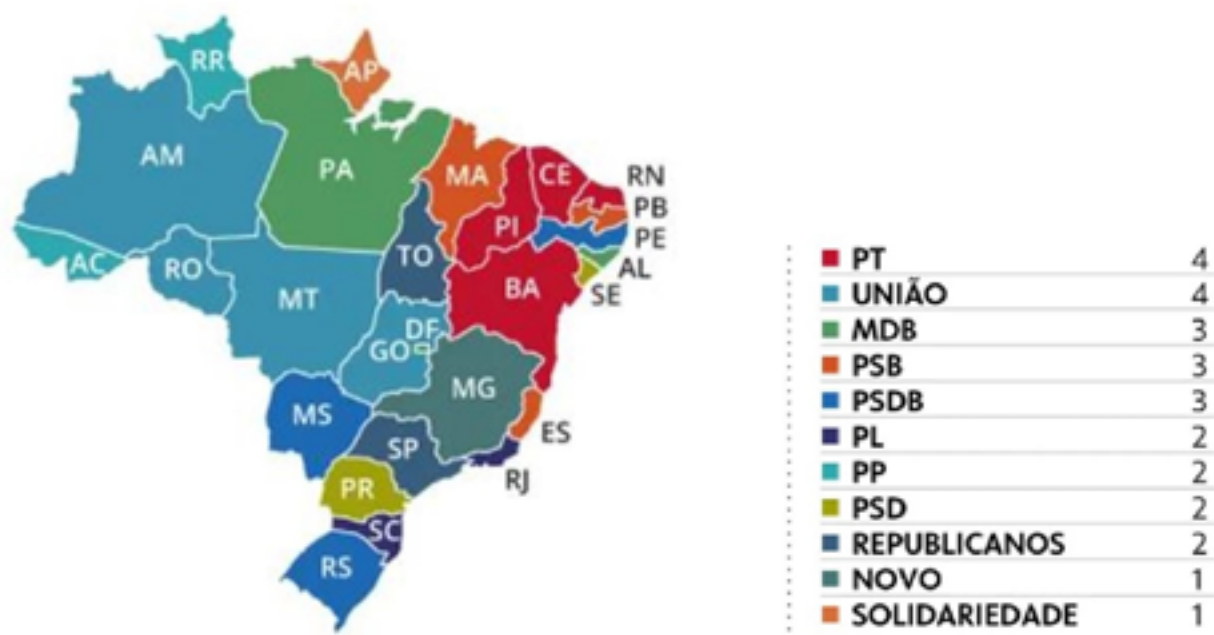
53 É importante lembrar que o PSL foi o partido pelo qual Bolsonaro se elegeu presidente em 2018 e que o DEM (anteriormente PFL - Partido da Frente Liberal) historicamente sempre fez oposição aos governos petistas.

54 Sabóia, Gabriel. União Brasil cobra mais cargos enquanto avança com federação e trava planos do governo por base sólida. In: O Globo, 14/02/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/02/uniao-brasil-cobra-mais-cargos-enquanto-avanca-com-federacao-e-trava-planos-do-governo-por-base-solida.ghtml>. Acesso em: 22/02/2023.

55 Junqueira, Caio. União Brasil não será base de Lula mesmo com ministérios, diz presidente do partido à CNN. In: CNN Brasil, 29/12/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/uniao-brasil-nao-sera-base-de-lula-mesmo-com-ministerios-diz-presidente-do-partido-a-cnn/>. Acesso em: 22/02/2023.

56 Neiva, Lucas. Deputados do União Brasil ameaçam não apoiar o governo Lula. In: UOL: Congresso em Foco, 20/01/2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/deputados-do-uniao-brasil-ameacam-nao-apoiar-o-governo-lula/>. Acesso em: 22/02/2023.

57 Carazza, Bruno. Congresso conservador ou bolsonarista? In: O Valor Econômico, 10/10/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/coluna/congresso-conservador-ou-bolsonarista.ghtml>. Acesso em: 22/02/2023. É importante ponderar, como nos lembra Carazza, que nem todo militar e religioso é conservador ou de direita. No entanto, dos 60 novos deputados eleitos com essas vinculações, apenas quatro pertencem a partidos da esquerda (PT e PSOL).

Figura 3: Governadores eleitos em 2022 segundo legenda partidária.

Fonte: adaptado de Pinhoni, Marina⁵⁸.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos analisar alguns dos principais traços da histórica disputa eleitoral no Brasil que marcou o ano de 2022. Os desdobramentos dessas eleições, contudo, estão longe de ser conclusivos. A intensa polarização que marcou a política brasileira nos últimos anos ainda não deu sinais de arrefecimento, como demonstram os ataques golpistas e terroristas ao longo de dezembro de 2022 e, sobretudo, aqueles do dia 8 de janeiro de 2023, quando vândalos bolsonaristas invadiram e depredaram os prédios do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto em Brasília. A nova correlação de forças políticas imporá duros desafios não só para a governabilidade do novo presidente eleito, mas também para o próprio sistema de governo no Brasil, conhecido como presidencialismo de coalizão. O sucesso ou não da administração Lula e desse sistema de governo deverão definir, em última instância, a própria sobrevivência do regime democrático brasileiro.

58 Pinhoni, Marina. União se iguala a PT, e ambos governarão quatro estados; veja todos os governadores eleitos. In: G1, 31/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/31/uniao-se-igual-a-pt-e-ambos-governarao-quatro-estados-veja-todos-os-governadores-eleitos.ghtml>. Acesso em: 22/02/2023.



O Brasil na COP27 e a esperança de retomada do protagonismo climático

Marianna Albuquerque
Coordenadora do OPISA

Marília Closs
Pesquisadora do OPISA

Introdução

A constatação de que o planeta passa por um contexto de mudança do clima, marcada pela ocorrência de eventos climáticos extremos, está baseada em ampla evidência científica. O papel das atividades humanas nesse processo é igualmente alarmante. Para lidar com condições que ameaçam a qualidade de vida na Terra, a comunidade internacional vem, nas últimas décadas, criando instrumentos multilaterais de compromisso coletivo e individual com o combate às alterações climáticas. Nesse contexto, formou-se o regime internacional de mudança do clima, fruto da assinatura de diversos tratados e dos debates de inúmeras conferências.

O Brasil, historicamente, teve um papel construtivo na agenda, inclusive em momentos nos quais não priorizava a questão ambiental internamente. Como constante, o país defendia a necessidade de compromissos diferenciados entre os países desenvolvidos – historicamente os grandes responsáveis pela degradação ambiental do presente – e os países em desenvolvimento, que necessitam não apenas de ter seu direito ao desenvolvimento econômico garantido como também a garantia de acesso aos meios para se adequar às metas ambientais e climáticas acordadas multilateralmente.

Nos últimos 4 anos, no entanto, o Brasil desviou de sua trajetória participativa no regime. Durante o governo de Jair Bolsonaro, a narrativa do negacionismo climático, corrente que questiona as evidências científicas sobre a ocorrência da mudança do clima, teve espaço chancelado pelo próprio presidente e por ministros de pastas-chave para o avanço da ambição climática brasileira. A derrota de Bolsonaro nas urnas e a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, na eleição de outubro de 2022, trouxeram a expectativa de que o Brasil voltará a assumir o protagonismo e a postura propositiva na agenda internacional de clima.

Para analisar esse contexto, o artigo se debruça sobre a participação do Brasil na COP27, primeiro grande evento internacional no qual Lula, ainda na condição de presidente eleito, apresentou as credenciais de seu novo governo para a comunidade internacional. Dividimos nossa análise em três partes. A primeira apresenta um panorama da formação do regime internacional de mudança do clima, sobretudo do papel desempenhado pelo Brasil em momentos históricos. A segunda introduz os principais resultados e desafios da COP27, marco de reunião presencial de grandes lideranças internacionais após o período de emergência de saúde pública causado pela pandemia de Covid-19. A terceira seção delinea a participação do Brasil na conferência e representação multipartite do país, com representantes do governo em exercício, do governo de transição, e de lideranças subnacionais, parlamentares, sociais e empresariais. As considerações finais encerram o texto.

Regime Internacional de Mudança do Clima

Em comparação a outros temas centrais da agenda internacional, como segurança e desenvolvimento, a inserção dos temas ambientais e climáticos de forma sistemática é relativamente recente. Apesar da articulação com outros temas de datas de décadas anteriores, os anos de 1960 são um grande marco para a entrada da agenda ambiental de forma autônoma nos debates multilaterais. O grande chamariz foram os alertas da

comunidade científica sobre a observação de danos sem precedentes ao meio ambiente, provocando consequências diretas para a vida na Terra. Como ponto de atenção, os cientistas relacionavam as mudanças observadas com a ação antrópica.

Na década seguinte, os Estados, a sociedade civil e a academia se juntaram aos cientistas na promoção de debates, pesquisas e reflexões sobre o tema. Uma iniciativa que ilustra a proporção que as descobertas científicas causaram foi a convocação, em 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, sediada na cidade de Estocolmo, na Suécia. Na ocasião, foi aprovada uma declaração com princípios ambientais e foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que possui, atualmente, sede em Nairóbi.

Já em Estocolmo, a polarização entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento deu a tônica dos debates. Em muitos países centrais, a adesão a teses malthusianas levou à defesa de teses de crescimento zero, o que impactava, diretamente, os países em desenvolvimento – a quem o *status quo* não interessava, uma vez que precisavam crescer para aprimorar sua inserção nas relações econômicas internacionais. Os países em desenvolvimento, por sua vez, questionavam essa tese e apregoavam o direito ao desenvolvimento e a necessidade da repartição desigual do ônus da conservação ambiental, com parcela maior aos países centrais que, historicamente, contribuíram mais para os cenários de degradação observados.

Na década de 1980, a importância do tema seguiu em relevo, sobretudo por meio da elaboração de declarações e compromissos entre os Estados. Em 1985, destacou-se a Convenção de Viena sobre Camada de Ozônio, tratado geral para enfrentar a destruição da camada de ozônio – então vista como principal causa dos fenômenos descritos como aquecimento global; dois anos depois, em 1987, o Protocolo de Montreal, adicional à convenção, definiu prazos e cotas para a eliminação da emissão dos gases CFC, considerados os grandes responsáveis dos danos à camada de ozônio. O Protocolo, de certa forma, incorporou a posição defendida pelos países em desenvolvimento em Estocolmo, uma vez que os compromissos foram diferentes para os Estados de desenvolvimento tardio e aqueles de alto padrão histórico de emissões de gases. Nesta linha, destaca-se ainda a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Bruntland, em 1987. O documento emprega, de forma pioneira, o conceito de desenvolvimento sustentável, que traz uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento.

Se a década de 1980 foi marcada pelos avanços normativos, a década de 1990 simbolizou a necessidade de revisitar os termos do encontro de Estocolmo, 20 anos depois. Dessa forma, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A inclusão do termo desenvolvimento no nome da conferência e a escolha da cidade-sede são indicativos de que a visão dos países em desenvolvimento vinha se firmando como, se não predominante, ao menos necessária. Para além da ampla participação de delegações estrangeiras e representantes da sociedade civil, os debates da Rio-92 resultaram na aprovação de importantes documentos, como a Agenda XXI, a Declaração do Rio, a Declaração sobre Florestas, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Biodiversidade, a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas, e a Convenção-Quadro nas Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (mais conhecida pelo acrônimo UNFCCC, do nome em inglês). Para os fins desse artigo, a UNFCCC será explorada em mais detalhes.

A convenção tinha como grande objetivo a centralização, organização e estabelecimento de mecanismos de monitoramento para controle das mudanças do clima, sobretudo as de causa antrópica. Como forma de observação constante do cumprimento das metas estabelecidas e promoção de novos compromissos, os Estados-signatários da UNFCCC acordaram a realização periódica de Conferências das Partes (COP). Tais encontros se dariam sob os auspícios da ONU, em diferentes países-sede.

Ao longo dos anos, a realização das COPs passou a ser o grande evento internacional de discussão sobre os temas ambientais-climáticos, além de ser o fórum para a proposição



de novas iniciativas para combate às mudanças do clima. O exemplo mais conhecido dos primeiros anos de convocação das COPs foi o Protocolo de Kyoto, proposto na COP3, em 1997 – mas que só entrou em vigor em 2005. O documento apresenta compromissos com a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) que, segundo renovadas evidências científicas, estão no centro de processos como o aumento da temperatura média da Terra e a ocorrência de eventos climáticos extremos que afetam o bem-estar da população, como enchentes e secas prolongadas. Por meio da inclusão de países com histórico de elevadas emissões no Anexo I, o Protocolo de Kyoto também consolidou a narrativa dos países em desenvolvimento sobre a necessidade de repartição desigual do ônus. Esse princípio foi, posteriormente, qualificado como “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, e apoiado pelos grandes líderes dos países em desenvolvimento, como Brasil e Índia.

Mais recentemente, já no século XXI, outro importante marco da formação do regime internacional de mudança do clima foi a aprovação do Acordo de Paris, durante a COP21, em 2015. A principal mensagem do documento é o compromisso de limitar o aquecimento global abaixo de 2°C, mas de preferência a 1,5°C, em comparação com os níveis pré-industriais. Para tal, o acordo estabelece as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), com metas individuais para cada signatário, calculadas a partir do perfil histórico de emissões e em relação a um ano-base. A NDC do Brasil, por exemplo, era de reduzir a emissão de GEE em 37% até 2025 e em 43% até 2030, em comparação às emissões do ano-base de 2005.

Desde então, as COPs seguintes têm tido dificuldades em celebrar acordos da mesma magnitude, ou até mesmo de avançar na implementação de compromissos assumidos e ainda pendentes de efetivação. Após anos de negociações erráticas devido à pandemia de Covid-19 e os resultados pouco impactantes da COP26, em Glasgow, a COP27 trazia a esperança da volta das grandes conferências após as restrições de saúde pública. A próxima seção fará um apanhado dos principais temas discutidos no encontro, bem como uma análise dos avanços e desafios persistentes.

Contexto, avanços e obstáculos da COP27

A COP 27 foi realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito, entre os dias 6 e 20 de novembro de 2022. A expectativa em torno da retomada de grandes encontros multilaterais se refletiu em números, com a participação de 195 partes da UNFCCC e representantes de agências especializadas, organizações intergovernamentais e não-governamentais, incluindo parlamentares, líderes empresariais e povos indígenas. Sob a narrativa de ser a “COP africana”, o país-sede privilegiou temas caros ao continente, como a justiça climática e a redução de assimetrias.

A COP27 vinha sendo chamada de “a COP da implementação”. Havia a expectativa de que, depois de 27 conferência das partes no âmbito da UNFCCC, diversos elementos deixados pelo caminho finalmente ganhariam meios de implementação. Havia, também, a expectativa de que aspectos da agenda climática que já haviam sido objeto das declarações de COPs anteriores ganhariam protocolos para que finalmente saíssem do papel. No entanto, a partir do momento em que as negociações tiveram início, o cenário foi de morosidade e de negociação dura e arrastada. Até os momentos finais da conferência, não havia um acordo delineado a ser anunciado – e foi apenas nos últimos dias que se visualizou, em termos gerais, quais seriam os acordos garantidos pela Declaração de Sharm el-Sheikh.

Quando as negociações foram concluídas, parte da opinião pública reagiu mal ao resultado. Houve um sentimento geral de decepção, como se a COP da implementação não houvesse entregado o que prometia, sobretudo com relação a acordos ligados à utilização de combustíveis fósseis, como será discutido abaixo. Contudo, pode-se dizer que, ainda que em termos de ambição climática as negociações tenham ficado aquém do esperado, em termos de justiça climática a COP27 poderá ser considerada um marco se seus acordos de fato forem implementados.

Certamente, o grande tema da COP de Sharm el Sheikh foi perdas e danos (P&D ou L&D, na sigla em inglês). Demanda histórica do Sul Global, o tema foi formalmente

apresentado para debate pelo G77+China. Perdas e danos é a agenda climática que trata dos processos pós-impacto de fenômenos climáticos - ou seja, que está um passo adiante da adaptação - quando já não é possível adaptar-se às mudanças climáticas, pois os danos já ocorreram. Em específico, danos são os casos nos quais a reparação ainda é possível, enquanto perdas são os casos nos quais já não é possível reparar, apenas compensar. P&D podem incluir tanto elementos econômicos, como consequências econômicas e comerciais de incêndios, perda de safra e inundações, por exemplo, como não-econômicos, como diásporas, migrações forçadas e perda de culturas e idiomas tradicionais. Assim, esta é uma agenda climática amplamente ligada aos conceitos de responsabilidade e responsabilização (de quem emite gases de efeito estufa, principalmente em termos de acumulado histórico), compensação, reparação e redistribuição. Por isso, costuma-se falar que é um tema ligado à construção de justiça climática.

Após três décadas de demanda para garantir um fundo de reparação pelas mudanças climáticas por parte dos países mais vulneráveis, finalmente o recurso para perdas e danos foi aprovado na COP27. No entanto, questões operacionais ligadas ao fundo - como, por exemplo, como e de onde virão os recursos, e como e para onde eles serão destinados - serão discutidos pelo Comitê de Transição, estabelecido no acordo de Sharm el Sheikh, que terá a duração de 1 ano e deverá apresentar suas recomendações na COP28. Ainda na agenda de perdas e danos, foram acordados avanços para estruturar a Rede de Santiago, criada na COP25, em 2019, com o objetivo de promover e facilitar a assistência técnica frente às perdas e danos, que deverá estar em plena operação até a COP28.

Outro dos grandes temas da COP27 foi a adaptação. Havia a expectativa de que, após anos de negociação, os Estados poderiam chegar a uma meta global de adaptação (GGA, na sigla em inglês), sobretudo face a estimativas que calculam que o investimento necessário para a transição será de US\$ 4 a 6 trilhões por ano. Desde a consolidação da governança climática internacional, agendas ligadas à mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) ganharam mais importância nas negociações quando comparados a temas de adaptação. Frente a este diagnóstico, a COP27 tinha como meta consolidar metas numéricas e palpáveis para a adaptação - tal como existem em mitigação, materializada na meta de manter o aumento de temperatura abaixo de 1.5°C, como estabelecido no Acordo de Paris.

No entanto, não se conseguiu chegar a isto. Ainda que tenha havido avanços importantes na agenda de adaptação, como o lançamento da Agenda de Adaptação de Sharm el Sheikh pela presidência da COP, ficou estabelecida a meta de consolidar a GGA na COP28. A Agenda prevê objetivos como a transição para uma agricultura sustentável, a proteção e a restauração de áreas críticas, a instalação de sistemas de alerta precoce e o estímulo à inclusão do risco climático na estratégia de grandes empresas. Além do adiamento da consolidação da GGA, não se construíram instrumentos ou o plano de ação para operacionalizar a meta de duplicar o financiamento para adaptação até 2025, conforme acordado na COP26, o que representa outra derrota na agenda. Como ponto positivo, destaca-se a doação de aproximadamente US\$ 230 milhões para o Fundo de Adaptação destinado ao financiamento de ações em países em desenvolvimento.

Além disso, outro assunto que esteve em pauta em grande parte das falas, sobretudo por parte de delegações do Sul Global, foi o financiamento climático, especialmente a partir do diagnóstico sobre a falta de efetividade e cumprimento na promessa de US\$ 100 bilhões por ano. Na COP15, realizada em 2009 em Copenhague, Dinamarca, ficou estabelecido que tal fluxo teria início em 2020. No entanto, desde então, a promessa não foi cumprida. Para além da denúncia sobre a falta de cumprimento dos compromissos de financiamento climático, teve destaque também a apresentação da Iniciativa Bridgetown, construída por Mia Mottley, primeira-ministra de Barbados, com propostas para reforma do sistema financeiro internacional. Certamente a Iniciativa Bridgetown será uma das principais abordagens para discussões de financiamento climático nos próximos anos.

Provavelmente, a maior decepção na COP27 esteve na agenda de ambição climática e, mais especificamente, de mitigação de emissões de GEE. A COP27 deveria ter um papel



fundamental para a garantia de cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Paris em termos de emissões de GEE. Havia a expectativa de que, pela primeira vez, as emissões decorrentes da utilização de combustíveis fósseis seriam colocadas, de fato, como inimigas do objetivo de manter a elevação da temperatura em menos de 1.5°C. Esperava-se que o termo phasing out - ou seja, redução gradual - fosse incluído na declaração final, e que os combustíveis fósseis mais relevantes, como petróleo, gás e carvão, fossem citados nominalmente.

No entanto, a proposta, apresentada pela Índia, de incluir a redução de todos os combustíveis fósseis na declaração final não foi aprovada - e apenas o carvão foi citado nominalmente. Além disso, o acordo prevê, na declaração sobre transição energética, que nesta estão incluídas fontes de “baixa emissão”, o que causa controvérsias, já que, em algumas perspectivas, pode incluir o gás natural. Cabe notar que esteve presente na COP27 um número histórico de lobistas e agentes ligados à indústria do petróleo⁵⁹. Soma-se a essa crítica o fato da COP28, de 2023, ser sediada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Além disso, compromissos estabelecidos na COP26 não foram cumpridos por todos os países - como a reapresentação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) com metas atualizadas.

Apesar de decepções, a COP27 certamente teve um papel importante. Não apenas a aprovação do fundo para perdas e danos é histórico, como também o foi uma COP que, apesar das barreiras para a participação do Sul Global - sobretudo financeiras, em função de ter sido realizado em um local altamente dolarizado -, contou, mais uma vez, com uma participação pulsante da sociedade civil. Outro elemento a ser mencionado é que, pela primeira vez em COPs do clima, o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável foi reconhecido⁶⁰. A decisão caminha no mesmo sentido da declaração de 2022, por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, de reconhecer o meio ambiente saudável e limpo como um direito humano⁶¹.

Por fim, cabe inserir a COP27 em dinâmicas geopolíticas. Um elemento fundamental a ser notado é que, após anos de ausência de diálogos sobre o clima, China e Estados Unidos voltaram a negociar sobre o tema, marco simbolizado pelo encontro dos enviados especiais para o clima de ambos países no âmbito da conferência. Além disso, cabe notar que a COP27, assim como grande parte das agendas da governança climática internacional, esteve em diversos momentos, visivelmente, dividida em dinâmicas de Norte-Sul. Apesar de que na agenda de clima haja espaço para cooperação entre as áreas, ainda existem diferenças gritantes. Um dos exemplos foi a dura negociação sobre perdas e danos - que, muitas vezes, foi colocada como moeda de troca para compromissos mais ambiciosos em termos de mitigação por parte dos países desenvolvidos⁶².

Este debate é crucial para o Brasil, país que é, paralelamente, diretamente impactado pelas mudanças climáticas e central para as ações de enfrentamento. A próxima seção, portanto, faz um breve apanhado da participação do Brasil na COP27.

O Brasil na COP27

Antes de analisar a posição do Brasil da COP27, é necessário contextualizar a política externa climática do país nos últimos 4 anos. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil

59 Mais informações em: <https://umsoplaneta.globo.com/clima/cop/noticia/2022/11/10/numero-de-lobistas-de-combustiveis-fosseis-presentes-na-cop27-e-25percent-maior-do-que-no-ano-passado.ghtml>. Acesso em: 04/03/2023.

60 Sobre isto, ver mais informações em “COP27 and the centrality of human rights in climate action”, disponível em: <https://www.universal-rights.org/blog/cop27-human-rights/#:~:text=Collective%20Suicide%20Pact.,2021%20and%20July%202022%2C%20respectively>. Acesso em: 04/03/2023.

61 Mais informações em: <https://brasil.un.org/pt-br/192608-onu-declara-que-meio-ambiente-saudavel-e-um-direito-humano>. Acesso em: 04/03/2023.

62 Outras iniciativas propostas na COP27 foram o lançamento de uma Parceria entre Líderes Florestais e Climáticos e a Transformação para Agricultura e Alimentos Sustentáveis. Para uma análise completa dos resultados da conferência, ver <https://www.wribrasil.org.br/noticias/cop27-principais-resultados-e-perspectivas-para-2023>. Acesso em: 04/03/2023.

abriu mão de sua posição protagonista no multilateralismo ambiental – simbolizada pela Rio-92 e pela liderança em prol dos países em desenvolvimento – para se converter, aos olhos da comunidade internacional, em um grande vilão. A indicação do negacionista Ernesto Araújo como ministro das Relações Exteriores e do anti-ambientalista Ricardo Sales para o Ministério do Meio Ambiente ilustram que, durante seu mandato, Bolsonaro privilegiou os ganhos econômicos e os favores pessoais a seus apoiadores em detrimento do interesse nacional do país (Lima e Albuquerque, 2022).

Para além do aumento expressivo do desmatamento, da paralisação do Fundo Amazônia e da política de incentivo a atividades ilegais em terras indígenas, a política brasileira em relação à UNFCCC também foi marcada por retrocessos. Durante o mandato de Ricardo Sales, o Brasil, arbitrariamente, publicou uma revisão de sua NDC, com alterações nos valores do ano-base. Como a meta de redução é um percentual do ano-base, uma redução das emissões absolutas no ano-base resulta em metas menores para 2025 e 2030. Críticos à medida questionaram o fato de a revisão ter sido feita a portas fechadas pelo MMA, sem processo participativo. Além disso, há uma questão jurídica: as NDCs precisam ser progressivas, então qualquer redução das metas resulta em uma violação dos termos do tratado, além de poder ser interpretada como um descumprimento da obrigação constitucional contida no artigo 225 da Constituição Federal, que enfatiza que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”⁶³. Bolsonaro também não participou de nenhuma das COPs realizadas durante seu mandato, além de ter declinado sediar a COP25, que estava programada para acontecer no Brasil em 2019.

Durante a COP27, os olhos da comunidade internacional estavam voltados para o Brasil, uma vez que, em novembro, o resultado das urnas já havia sacramentado a derrota de Bolsonaro e o retorno de Lula à presidência. Tivemos, portanto, uma conferência no qual a imagem internacional do presidente em exercício e do presidente eleito eram radicalmente opostas – e a participação de Lula na COP27 foi um exemplo cabal de tal diferenciação. A participação de Lula foi marcada por grande expectativa desde seu anúncio e foi celebrada como o retorno do Brasil ao seu engajamento histórico e tradicional com o multilateralismo.

O resultado foi a existência de diversas delegações difusas e paralelas representando o Brasil na COP27. Oficialmente, a delegação brasileira foi chefiada pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite. Apesar de ter reconhecido o desafio do desmatamento ilegal na Amazônia, a participação oficial do Brasil foi discreta, com uma menção honrosa à assinatura da aliança estratégica com Indonésia e República Democrática do Congo, uma cooperação trilateral entre os países com as maiores florestas tropicais do mundo. Em relação ao tema de perdas e danos, destacado na seção anterior, o Brasil foi favorável ao estabelecimento do fundo, em coordenação com a coalizão negociadora ABU, formada por Argentina, Brasil e Uruguai. Entretanto, Joaquim Leite deixou a conferência antes da conclusão das negociações e foi fotografado fazendo turismo no Mar Vermelho enquanto o acordo final estava em debate.

Em paralelo, destacou-se a participação da sociedade civil que, desde 2019, organiza um espaço próprio de representação, de forma independente do governo federal. O Brazil Climate Action Hub, coordenado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), funcionou, novamente, como o fórum mais representativo da diversidade do Brasil. Os eventos e debates contaram com a participação de diplomatas, acadêmicos, lideranças indígenas e representantes de outros países que enxergavam, nesse espaço, mais legitimidade do que nas atividades do *stand* oficial do Brasil⁶⁴.

Representantes subnacionais e parlamentares também buscaram delinear uma participação na COP de forma autônoma, ainda que não conflitiva, da praticada pelo Governo Federal. Estiveram presentes diversos governadores, incluindo estados como Espírito Santo, Amazonas, Pará e Rondônia. Os governos dos estados amazônicos, inclusive, organizaram

63 Sobre a atualização da NDC brasileira, que vem sendo chamada de “pedalada climática”, mais informações podem ser encontradas no documento “Brasil 2045: construindo uma potência ambiental”, organizado pelo Observatório do Clima. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/05/2045%E2%80%9494VF.pdf>. Acesso em: 04/03/2023.

64 Ver mais sobre o Brazil Climate Action Hub em <https://www.brazilclimatehub.org/>. Acesso em: 04/03/2023.



um *stand* próprio para as atividades do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal. Os chefes subnacionais aproveitaram o momento para anunciar importantes medidas, como o Fundo Multidoadores das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Legal e o Consórcio Interestadual Brasil Verde, uma iniciativa da coalizão Governadores pelo Clima que já conta com a adesão de 24 dos 27 estados da federação.

Destacou-se, ainda, participação legislativa. Além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e do ex-presidente Randolfe Rodrigues, outros 11 senadores também estiveram presentes em Sharm el-Sheik, representando diversos estados e um amplo espectro político⁶⁵. Exemplos foram os senadores Renan Calheiros (MDB-AL), Katia Abreu (PP-TO), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (PT-ES), além de deputados federais como Rodrigo Agostinho (PSB-SP), posteriormente nomeado para a chefia do IBAMA, e Joenia Wapichana (Rede-RR). Apesar da política de destruição do governo Bolsonaro, um legado positivo que fica é a maior atenção e participação de lideranças que eram, anteriormente, pouco afeitas a considerar a pauta ambiental e climática uma prioridade. Representando o poder judiciário, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, participou de atividade sobre o papel do órgão no combate à emergência climática, organizado no Brazil Climate Action Hub. Como muitas atividades que geram emissões de GEE são da esfera de responsabilidade estadual e diversas legislações necessitam do apoio do Congresso Nacional e de ação judiciária para serem aprovadas e monitoradas, é benéfico para o país que tal participação aconteça, sobretudo se somada à uma ação ativa e responsável do Executivo federal.

Se tomarmos como referência as promessas feitas pelo presidente eleito durante sua participação na COP, esse promete ser o cenário dos próximos 4 anos. Em seu pronunciamento, um dos momentos mais movimentados da conferência, apelidado de “Lulapalooza” pelos presentes, Lula reafirmou que o Brasil está de volta e comprometido com “uma nova governança global”⁶⁶. Nessa linha, defendeu a criação do mecanismo de perdas e danos, que estava em negociação na ocasião do discurso. Enfatizou, ainda, a necessidade de efetivação do financiamento climático prometido aos países em desenvolvimento, a meta de desmatamento zero até 2030 e a criação do Ministério de Povos Originários. A expectativa de que Lula aproveitaria a ocasião para anunciar a chefia do MMA, entretanto, não se concretizou, e Marina Silva só foi oficializada como ministra semanas depois. A cereja do bolo foi o oferecimento do país para sediar a COP20, em 2025, em uma capital amazônica.

Em alguns minutos, foram resgatados conceitos e temas históricos do engajamento do Brasil com a UNFCCC, a exemplo da defesa do multilateralismo e da responsabilidade histórica dos países desenvolvidos com o ônus da mudança do clima. Como ponto de crítica, a oposição criticou duramente que Lula tenha ido ao Egito usando uma aeronave particular do empresário José Seripieri Junior – alguns questionavam o volume de emissões que um voo deste tipo gera, a exemplo do Ministro Joaquim Leite, enquanto outros relembrou as relações de Lula com empresários, em governos anteriores, envolvidos com escândalos de corrupção.

A passagem de Lula pelo Egito não se limitou ao discurso. O então presidente eleito teve uma intensa agenda de encontros com líderes internacionais, a exemplo de John Kerry, enviado especial de clima dos EUA; António Guterres, Secretário-Geral da ONU; e Espen Barth Eide, ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, com quem acordou a retomada do Fundo Amazônia e a liberação de US\$ 540 milhões de dólares que ficaram congelados durante o governo Bolsonaro. Lula também se encontrou com lideranças indígenas, representantes de movimentos sociais e com os governadores da Amazônia Legal, de quem partiu o convite inicial para que Lula comparecesse à COP.

65 Ver mais em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/17/na-cop-27-senadores-defendem-sustentabilidade-e-protagonismo-do-brasil>. Acesso em: 04/03/2023.

66 Leia a íntegra do discurso de Lula na COP27 em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/16/integra-discurso-lula-cop27.htm>. Acesso em: 04/03/2023.

Considerações Finais

Durante os últimos 4 anos, a ausência do Brasil enquanto um ator responsável nas iniciativas do regime internacional de mudança do clima coincidiu com fenômenos não previstos que reforçaram a crise do multilateralismo, a exemplo da pandemia de Covid-19 e da Guerra da Ucrânia. O recado das urnas e o retorno de Lula ao poder, apesar de não ser suficiente para resolver crises globais, é um sinal auspicioso de que o mundo ao menos poderá esperar ações racionais do Brasil em temas de interesse global.

A COP27 foi um primeiro retrato de que o Brasil está de volta na agenda do clima. A participação do então presidente eleito foi um momento de euforia coletiva e de esperança que não se restringia aos brasileiros que vibraram com o discurso de Lula. Foi, também, um respiro de alívio para a comunidade internacional, que volta a ter no Brasil um aliado para as metas de ambição climática. O Brasil, sem desmerecer os inúmeros e graves desafios que ainda persistirão, tem novamente a oportunidade de se colocar como protagonista e como potência climática.

Referências

Soares de Lima, M. R., & Albuquerque, M. (2022). A foreign policy oriented toward personal interests: An analysis of Bolsonaro's approach to multilateralism. *Latin American Policy*, 13, 389– 404. <https://doi.org/10.1111/lamp.12275>.



Um novo caminho para a paz? Breve análise das negociações entre o governo e o ELN na Colômbia

Fernanda Nanci Gonçalves
Andrés Londoño Niño
 Doutores em Ciência Política (Iesp-UERJ)
 Colaboradores OPISA

Introdução

A história política colombiana é marcada por guerras e conflitos civis que assombram a sua trajetória. Em 2016, o governo colombiano firmou um acordo de paz emblemático com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), encerrando um triste capítulo da sua história. Porém, outra guerrilha bastante antiga continuou ativa no país, o Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN), considerada a última guerrilha em ação na região.

Sua criação foi inspirada na Revolução Cubana (1959) e se originou a partir de uma insurreição camponesa em 1964, envolvendo ideais marxistas, cristãos (Teologia da Libertação) e nacionalistas, com o objetivo de atuar em um contexto de intensa violência e repressão política no país como defensora da população oprimida. O grupo teve grande influência em setores rurais, urbanos, sindicais e estudantis e está em ativo combate com o Estado colombiano desde a sua fundação.

Atualmente, o ELN conta com aproximadamente 3.000 combatentes e encontra-se presente nos dois lados da fronteira com a Venezuela, onde possui quartéis e acampamentos de treinamento. Ademais, ocupa importante espaço na região colombiana do corredor do Pacífico, principalmente no Norte de Santander, Chocó, Arauca, Antioquia, Valle del Cauca, Cauca e Nariño. Após a negociação de paz entre as Farc e o Estado ter sido firmada, em 2016, o grupo se mobilizou e tomou posse do vácuo de poder deixado, ocupando áreas da outra guerrilha.

Existiram algumas tentativas prévias por parte do governo colombiano de implementar negociações de paz com o ELN, porém todas foram sem sucesso. A última tentativa estava paralisada desde janeiro de 2019, após o grupo ter realizado um atentado com carro-bomba a uma Escola de Cadetes da Polícia na capital, Bogotá, matando mais de 20 pessoas. O então presidente à época, Iván Duque (2018-2022), suspendeu o diálogo que havia sido iniciado pelo seu antecessor, Juan Manuel Santos (2010-2018), responsável pelo Acordo de Paz com as Farc. Desde então, a relação do governo com o ELN era de tensão e de inúmeras críticas ao governo venezuelano de Nicolás Maduro por abrigar guerrilheiros em território nacional, ampliando o dissenso entre os países vizinhos.

Contudo, desde agosto de 2022, quando houve a posse de Gustavo Petro, primeiro presidente de esquerda a ser eleito na história colombiana, a posição do Estado foi modificada no que tange ao tratamento de temas de segurança nacional, dando espaço para a defesa de uma “Paz Total”, que envolveria a implementação de uma política destinada a negociar a paz com grupos guerrilheiros e “bandas criminales” (Bacrim) vinculadas ao narcotráfico por meio de acordos, penas reparatórias e julgamentos na justiça. Em outubro de 2022, o Congresso aprovou a Lei de Paz Total, que autoriza o presidente Petro a iniciar um processo de paz com os grupos armados, com vistas a pôr fim aos conflitos que resultaram, ao longo das décadas, em quase meio milhão de mortos e milhares de deslocados internos. Em dezembro de 2022, houve o primeiro ciclo de negociação entre o governo colombiano e o ELN, em território venezuelano, marcando a retomada do diálogo e a real possibilidade de um término do conflito.

Neste artigo, além de tratarmos e refletirmos sobre a recente negociação, apresentamos a trajetória do ELN e as tentativas anteriores e frustradas de paz. Ao final, concluímos explicando o que podemos esperar neste novo momento.

A trajetória do ELN e as negociações de paz prévias

Desde a criação do ELN na década de 1960, mais especificamente em 1964, existiram várias tentativas de negociação com sucessivos governos, mas nenhuma conseguiu por fim à atuação armada da guerrilha e ao conflito no país. No final da década de 1960, o grupo começou a adotar uma postura mais radical, defendendo o uso da força e, inclusive, assassinando guerrilheiros desertores, que defendiam o diálogo com o Estado colombiano. A diversidade de pensamento no interior da guerrilha propiciou com que o ELN se dividisse em distintas facções, que foram ganhando autonomia⁶⁷.

Também a partir desse período, o grupo armado começou a perpetrar ataques contra a infraestrutura petroleira em território nacional, estratégia que se tornou central nas operações do ELN no conflito colombiano, gerando perdas não apenas para empresas privadas e públicas, mas para o ecossistema e para a população civil.

Ainda que o ELN não seja uma guerrilha urbana, tem se caracterizado pela influência da Teologia da Libertação e dos movimentos estudantis, diferentemente das Farc, que surgiu de revoltas camponesas. Como lideranças principais em sua origem, destaca-se o papel do sacerdote e sociólogo Camilo Torres, líder ideológico do ELN, que morreu em enfrentamento com o exército colombiano em 1966. Após isso, na década de 1970, ingressaram na guerrilha alguns sacerdotes espanhóis, como Manuel Pérez Martínez, conhecido como “el cura Pérez”, que conseguiu ter uma posição de liderança entre 1978 e 1998, passando a defender uma posição mais humanista e menos violenta. Em sua gestão, tentou unificar as distintas facções do grupo armado⁶⁸.

Desde a década de 1970, o ELN tem transitado na fronteira com a Venezuela, mas sua presença começou a ser maior durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013). O ELN atua nos estados venezuelanos de Táchira, Apure e Amazonas, especialmente a partir de 2008, quando o guerrilheiro conhecido como “Pablito” fugiu para a Venezuela, aumentando o controle territorial no país vizinho. Na Colômbia, o grupo também teve um aumento em suas operações e nos territórios ocupados.

Contudo, na década de 1990, o ELN perdeu controle territorial pela ação de grupos paramilitares e pela expansão das Farc. Mesmo que, em algumas regiões, houvesse cooperação com as Farc, em outras havia uma forte disputa territorial, o que afetou a população, resultando em aumento de mortes e de deslocados internos no país.

Destaca-se que até então, o líder “el cura Pérez” se recusava a financiar a guerrilha com o narcotráfico, posição contrária a outros grupos armados, o que acabou limitando os recursos dessa guerrilha até a sua morte. A partir de então, além do sequestro, especialmente de empresários e políticos, e da extorsão, a guerrilha passou a controlar territórios onde era produzida a cocaína e a maconha, o que contribuiu para o aumento de suas ações armadas no país. No entanto, muitas de suas ações foram limitadas pela presença de grupos paramilitares⁶⁹.

Após os processos de negociação iniciado com as Farc e concluído com o M-19 durante a década de 1980, o governo colombiano buscou iniciar um diálogo com o ELN. Assim, durante a gestão de Cesar Gaviria (1990-1994), foram realizadas tentativas de diálogos de paz com a Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB), um grupo ativo entre 1987 e 1994 e que tinha o objetivo de unificar as maiores guerrilhas da Colômbia: o ELN, as Farc e o Exército Popular de Libertação (EPL). Porém, o assassinato de um ministro causado

67 Para saber mais sobre a trajetória do ELN, ver: Centro de Investigación y Educación Popular. ¿Por qué es tan difícil negociar con el ELN? Las consecuencias de un federalismo insurgente, 1964-2020. Disponível em: https://www.cinep.org.co/publi-files/PDFS/20210301_Por_que_es_tan_dificil_negociar_ELN.pdf? Acesso em: 26 jan. 2023.

68 La Vanguardia. Las diferencias entre las FARC y la guerrilla del ELN. 31/03/2016. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/internacional/20160331/40784829178/diferencias-farc-eln-colombia.html>. Acesso em: 28 jan 2023.

69 InSight Crime. Ejército de Liberación Nacional (ELN). 19/10/2022. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias-crimen-organizado-colombia/eln-colombia/>; Acesso em: 28 jan 2023.



por membros do EPL interrompeu as negociações que ocorriam no México e na Venezuela⁷⁰.

No governo de Ernesto Samper (1994-1998), também houve negociações com o ELN que ocorreram na Alemanha e na Espanha, mas não foram alcançados avanços concretos. No governo seguinte, em um contexto em que as Farc começaram a incrementar seu poder territorial e a aumentar os ataques contra políticos e população civil, durante a segunda metade dos anos 1990, o presidente Andrés Pastrana (1998-2002) tentou implementar diálogos de paz com o ELN, mas, diante do fracasso das negociações, a estratégia passou a ser o combate militar. Esta estratégia continuou e se intensificou durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010). No entanto, durante seu mandato, houve também uma tentativa de iniciar os diálogos com o ELN em Cuba e na Venezuela, mas não foi para a frente. Dentro do contexto da Política de Segurança Democrática, que colocava em marcha o Plano Colômbia e o Plano Patriota, o governo optou pela ofensiva militar com os grupos armados⁷¹.

Em 2017, durante o governo de Juan Manuel Santos (2010-2018), que logrou assinar o acordo de paz com as Farc, também foram iniciados os diálogos com o ELN, dessa vez no Equador. Porém, com a chegada do governante de direita Iván Duque (2018-2022) à presidência, as negociações foram interrompidas diante das novas condições. Em 2018, o então presidente do Equador, Lenin Moreno, pediu para seu país não ser mais fiador do processo, pois o ELN continuava com ações classificadas como terroristas. Já em janeiro de 2019, o ELN promoveu um atentado com um carro-bomba em uma Escola de Cadetes da Polícia em Bogotá, o que acabou eliminando qualquer possibilidade de negociação durante o governo de Duque. Desde então, a relação entre ELN e governo foi de hostilidade, com diversas acusações do governo colombiano ao governo venezuelano de abrigar grupos armados e lhes dar proteção. Esse dissenso, por sua vez, só ampliou as animosidades entre os países, que romperam relações bilaterais e mantiveram suas fronteiras fechadas durante um longo período⁷².

Nesse período, o ELN conseguiu tomar posse de alguns territórios antes dominados pelas Farc, ocupando o vazio de poder deixado por este grupo após o acordo de paz firmado por essa guerrilha e pelo governo em 2016. O governo ainda teve de lidar nesse contexto com o enfrentamento de dissidências das Farc na região de fronteira com a Venezuela.

A retomada das negociações entre o governo e o ELN no contexto atual

Ao assumir o governo em agosto de 2022, Gustavo Petro começou a implementar as ações necessárias para pavimentar o caminho da política de “Paz Total” que advogou durante a campanha presidencial. No primeiro mês de mandato, suspendeu as ordens de captura e os pedidos de extradição contra os chefes negociadores do ELN, que estavam vigentes desde o governo de Duque. Em setembro, começaram os trâmites para iniciar a nova rodada de negociação, cujo acordo oficializando a sua retomada foi publicado em 4 de outubro.

O governo colombiano convidou a Venezuela, com quem as relações bilaterais estavam rompidas durante a gestão anterior, para que atuasse como país garantidor do processo de paz. Nicolás Maduro, presidente venezuelano, aceitou de imediato atuar como fiador do processo, atuando como facilitador logístico e mediador, permitindo que as negociações ocorressem em Caracas. Desde que as conversações iniciaram, o governo colombiano comunicou que o ELN, cuja atuação é financiada por meio de sequestros, extorsões, narcotráfico e garimpo ilegal, diminuiu suas operações e libertou 20 reféns⁷³.

70 Gómez, Nelson (2018). Historia de los procesos de negociación entre el Estado colombiano y el Ejército de Liberación Nacional (ELN) 1991-2007. Tesis de maestría en Historia. Pontificia Universidad Javeriana. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/185621383.pdf>. Acesso em: 28 jan 2023.

71 Ibidem.

72 InSight Crime, Ibid.

73 Semana. Habrá atención humanitaria a los presos políticos del ELN. Gobierno y ELN llegaron a cuatro acuerdos en la mesa de diálogos de paz, 12/12/2022. Disponível em: <https://www.semana.com/politica/articulo/habra-atencion-humanitaria-a-los-presos-politicos-del-eln-gobierno-y-el-eln-llegaron-a-cuatro-acuerdos-en-mesa-de-dialogos/202257/>. Acesso em: 26 jan. 2023

A primeira rodada de negociação foi iniciada no dia 21 de novembro de 2022, contando com Venezuela, Cuba e Noruega como países fiadores do processo. Outros importantes atores, como a Igreja Católica e as Nações Unidas, também foram convidados a acompanhar a retomada do diálogo. Já países como Alemanha, Suécia, Suíça, Espanha, Estados Unidos estão na lista dos que serão convidados a acompanhar as negociações. O México, por sua vez, será o próximo país a sediar uma rodada de negociação, já tendo sinalizado positivamente que atuará como garantidor do processo de paz no primeiro trimestre deste ano. As delegações também decidiram convidar representantes do Brasil e do Chile para que atuem como garantidores das negociações de paz nas próximas rodadas.

A decisão de ambas as partes – governo e delegação do ELN – foi de “construir sobre o construído”, ou seja, reiniciar o processo negociador partindo da agenda que já havia sido acordada durante as negociações iniciadas no governo de Santos, em 2017, principalmente no que diz respeito às ações e dinâmicas humanitárias. Ao iniciar a rodada, as partes divulgaram um comunicado conjunto em que relataram a construção de um ambiente de confiança por meio da Declaração de Wairara Repano⁷⁴ e, a partir de então, lançaram informes durante a rodada para dar transparência ao processo.

Um dos elementos centrais da negociação é representar a sociedade colombiana, incorporando diversos setores, o que nesta primeira rodada ainda não aconteceu, devido à necessidade de promover ajustes na agenda negociadora e na metodologia de trabalho. Contudo, Otty Patiño, homem de confiança de Petro e chefe negociador do governo, sinalizou que haverá mecanismos de consultas com outros setores conforme definição detalhada dos temas a serem acordados. Já Danilo Rueda, comissionado para a paz designado pelo governo, garantiu que o direito das vítimas será assegurado, uma vez que muitos opositores do acordo criticam que os membros do ELN se favorecerão da impunidade. Rueda afirmou que ainda não foi definido nada sobre anistias e que a mesa de negociação estava apenas sendo reiniciada: *“Los derechos de las víctimas se van a respetar y los mecanismos serán para escuchar muchas voces en Colombia. La sociedad colombiana es pluralísima”*⁷⁵

Da outra parte, ‘Antonio García’, máximo comandante do ELN, e ‘Pablo Beltrán’, chefe negociador do ELN e segundo na linha de comando da guerrilha, participaram ativamente das negociações. Beltrán não deixou de criticar a posição dos Estados Unidos durante as negociações fracassadas no governo anterior, qualificando-a como nefasta, porém se posicionou favorável ao convite aos representantes estadunidenses para que acompanhem as rodadas negociadoras, visto que o vizinho americano “é o maior consumidor da coca colombiana” e implementa uma “fracassada guerra contra as drogas”⁷⁶.

Após 21 dias de negociação em Caracas, as delegações publicaram um comunicado conjunto onde expuseram os quatro pontos acordados ao final da primeira rodada de discussões⁷⁷. O primeiro ponto foi o Acordo sobre a Agenda de Diálogos, o que significa que as delegações retomaram, como eixos essenciais para a negociação, os temas que integravam a agenda firmada durante o processo negociador do governo Santos, realizando os ajustes necessários conforme o novo contexto nacional e internacional. Tais ajustes foram debatidos e estão em processo de redação.

O segundo foi o Acordo sobre a Institucionalização da Mesa de Diálogos de Paz. As partes elaboraram uma normativa que regula os procedimentos e princípios para o trabalho, estabelecendo regras para ambas as delegações e para os demais atores da comunidade

74 Declaración Wairara Repano, 21/11/2022. Disponível em: https://images.canal1.com.co/wp-content/uploads/2022/11/21171937/COMUNICADO_OACP_Nov21.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

75 El Tiempo. Eln: primeras tareas a abordar hoy por negociadores de Gobierno y guerrilla. 21/11/2022. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/eln-primeras-tareas-a-abordar-hoy-por-negociadores-de-gobierno-y-guerrilla-719312>. Acesso em: 26 jan. 2023.

76 El Tiempo. Eln: primeras tareas a abordar hoy por negociadores de Gobierno y guerrilla. 21/11/2022. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/eln-primeras-tareas-a-abordar-hoy-por-negociadores-de-gobierno-y-guerrilla-719312>. Acesso em: 26 jan. 2023.

77 Semana. Habrá atención humanitaria a los presos políticos del ELN. Gobierno y ELN llegaron a cuatro acuerdos en la mesa de diálogos de paz, 12/12/2022. Disponível em: <https://www.semana.com/politica/articulo/habra-atencion-humanitaria-a-los-presos-politicos-del-eln-gobierno-y-el-eln-llegaron-a-cuatro-acuerdos-en-mesa-de-dialogos/202257/>. Acesso em: 26 jan. 2023.



internacional. O terceiro ponto foi sobre Ações e Dinâmicas Humanitárias, que implica colocar em prática um acordo para lidar com emergências em territórios afetados pelo conflito e grave violência a partir de janeiro deste ano. Já o quarto acordo foi sobre Pedagogia e Comunicações, envolvendo a elaboração de um plano de comunicações com o objetivo de fortalecer e ampliar o apoio e a participação da sociedade colombiana e internacional no processo de paz⁷⁸.

Apesar das expectativas da comunidade de que houvesse uma negociação sobre cessar-fogo entre as partes, a primeira rodada foi concluída sem que esse tema fosse acordado. Contudo, o assunto gerou controvérsia, pois no dia 31 de dezembro, Petro anunciou que foi negociado um cessar-fogo com o ELN e com outros grupos armados por um período de seis meses, com o objetivo de facilitar a instalação de uma mesa de diálogo e o desmantelamento dos grupos. Porém, o presidente foi desmentido pelo ELN, que anunciou que não havia acordado esse termo com o governo. Por sua vez, Patiño, braço direto de Petro, argumentou que o cessar-fogo foi discutido, porém não houve uma conclusão final e que será o próximo tema da rodada de negociação no México (prevista para iniciar em 13 de fevereiro), enquanto os decretos emitidos pelo governo sobre o cessar-fogo foram revogados⁷⁹.

Considerações finais

Apesar das tentativas de negociação desde o começo da década de 1990, as tratativas de paz com o ELN não têm tido sucesso, o que o converte no grupo guerrilheiro com que é mais difícil negociar. Além disso, após o processo de paz com as Farc e sua desmobilização em 2016, o ELN passou a ser o grupo guerrilheiro mais antigo da América Latina e uma das principais ameaças à segurança na Colômbia e na fronteira com a Venezuela.

Sobre o fracasso das negociações prévias, um dos elementos que permite compreender por que não foram desenvolvidas ao longo do tempo é o fato de que o Estado colombiano deu ênfase às negociações com as Farc, que desde a década de 1990 obteve uma grande expansão territorial e passou a ser a principal ameaça da segurança do país.

Além do anterior, é importante compreender que o ELN é uma guerrilha diferente das Farc. É distinta tanto em sua formação – influenciada por lideranças urbanas, estudantis, religiosas e sindicais – quanto na sua estrutura, muito mais descentralizada que outras guerrilhas. Ademais, também é diferente em sua evolução, marcada por crises recorrentes e disputas entre diferentes projetos políticos e militares, o que acabou por promover mais autonomia aos líderes de cada região em que atua, dificultando comunicação e consenso no seu interior. Por esse motivo, a negociação com este grupo precisa ser diferente e tem custado tanto ao Estado colombiano. Por exemplo, o ELN não dá tanta prioridade à participação de seus membros em cargos políticos, como as Farc fazia, o que pode dificultar o processo de barganha.

Como se pode notar a partir das seções anteriores, a negociação com o ELN está apenas começando e não implica um processo fácil e muito menos simples. A guerrilha é um grupo plural e com dissensos, assim como a sociedade colombiana. Colocar fim a um conflito armado de mais de meio século demanda muita concertação e força política das partes, além da capacidade de construir alianças internas que permitam a estabilidade e implementação de um possível acordo.

Os erros cometidos nos frustrados processos de negociação anteriores e mesmo o bem-sucedido com as Farc, podem servir de aprendizado para o atual governo – principalmente no que tange a não subestimar o peso político e a alta influência e capacidade de mobilização dos opositores a um possível acordo. Contudo, observa-se que mesmo que exista no governo

78 Semana. Habrá atención humanitaria a los presos políticos del ELN. Gobierno y ELN llegaron a cuatro acuerdos en la mesa de diálogos de paz, 12/12/2022. Disponível em: <https://www.semana.com/politica/articulo/habra-atencion-humanitaria-a-los-presos-politicos-del-eln-gobierno-y-el-eln-llegaron-a-cuatro-acuerdos-en-mesa-de-dialogos/202257/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

79 Portafolio. Gobierno deroga decretos para cese al fuego bilateral con ELN. 03/01/2023. Disponível em: <https://www.portafolio.co/economia/gobierno/gobierno-deroga-decretos-para-cese-al-fuego-bilateral-con-el-eln-576461>. Acesso em: 26 jan. 2023.

atual e nas lideranças do ELN vontade política, o que certamente se soma ao respaldo da comunidade internacional, a ausência de concertação sobre determinados tópicos centrais à agenda negociadora (como o cessar-fogo) podem obstaculizar e dificultar em muito os diálogos de paz, tornando o processo pouco transparente e sem valor de legitimidade para os envolvidos. A esperar o que o próximo ciclo de negociação reservará no México.



O longo processo constituinte no Chile e os rumos do governo Boric

Diogo Ives

Pesquisador e coordenador-adjunto do OPISA

Introdução

Gabriel Boric assumiu a Presidência do Chile em 11 de março de 2022, cercado de expectativas sobre como seria um governo liderado por um jovem de 36 anos, identificado com a esquerda e relativamente incipiente na política. No contexto nacional, Boric emergiu como ator político apenas uma década antes, em 2011, quando integrava o centro estudantil da Universidad de Chile e tomou parte nos protestos discentes que reivindicaram, durante o primeiro governo de Sebastián Piñera, reformas em um sistema universitário privado e considerado elitista. A visibilidade da ação lhe rendeu a eleição para deputado federal, em 2013, pelo pequeno movimento Izquierda Autónoma, e uma reeleição, em 2017, pelo também pequeno Movimiento Autonomista.

Em 2019, Boric voltou a ter destaque nacional durante o “*estallido social*”, uma série de protestos, durante o segundo governo Piñera, motivada por insatisfações amplas e difusas da população, que incluíam os altos custos em saúde privada e as baixas aposentadorias do sistema também privado. Enquanto deputado, Boric ajudou a costurar o “Acuerdo de Paz y Nueva Constitución” para encerrar a revolta, por meio do qual diferentes forças políticas concordaram em pôr fim à Constituição de 1980, outorgada pela ditadura de Augusto Pinochet e marcada por uma concepção de Estado mínimo ou subsidiário. Uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi eleita por voto popular e instalada em julho de 2021, com previsão de funcionamento de um ano, de modo que a posse de Boric como presidente se deu em meio ao processo constituinte.

No contexto regional, a eleição de Boric também representou uma novidade. Após a América Latina ter passado pelo que ficou conhecido como Onda Rosa nos primeiros 15 anos do século XXI (a ascensão de uma série de governos de esquerda e centro-esquerda que propunham alternativas ao neoliberalismo, desde um socialismo democrático a um capitalismo de bem-estar social), uma contraofensiva de matizes tanto conservadores quanto reacionários ocorreu em partes da vizinhança. Contudo, o movimento teve menos força para se firmar como uma nova onda, dada a continuidade de Nicolás Maduro no poder, na Venezuela, e as chegadas de López Obrador, no México, em 2018; de Alberto Fernández, na Argentina, em 2019; de Luis Arce, na Bolívia, em 2020; e de Pedro Castillo, no Peru, em 2021.

A vitória de Boric, no final de 2021, fortaleceu a nova tendência de ascensão de lideranças mais inclinadas à esquerda na América Latina, o que seria reforçado em 2022, com as eleições de Gustavo Petro, na Colômbia, e de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil. Entretanto, a novidade do presidente chileno estava em destoar deste grupo de líderes tanto pela juventude, como pela filiação a um pequeno partido de esquerda, Convergencia Social, fundado por ele em 2018, registrado em 2020, pouco conhecido na vizinhança e sem participação em espaços importantes de diálogo entre partidos deste nicho ideológico, como o Foro de São Paulo (criado em 1990) e o Grupo de Puebla (surgido em 2019).

Fora da região, Boric também despertou curiosidade. Em dezembro de 2021, logo após sua eleição, a revista britânica *The Economist*, na sua edição para as Américas, publicou um artigo em que analisava o quão radical ele seria. Destacou críticas feitas por Boric aos regimes de Cuba, Nicarágua e Venezuela, vistos como ditaduras, e sugeriu que ele estaria mais próximo de Lula, por ser disposto à moderação. Esta disposição teria se manifestado já na eleição presidencial, quando Boric não teve dificuldade em buscar apoios mais ao centro do espectro político, no 2º turno, a fim de derrotar José Antonio Kast, candidato da extrema-direita pelo Partido Republicano⁸⁰.

80 Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2022/01/01/how-radical-will-gabriel-boric-chiles-new-president-turn-out-to-be>. Acesso em 07/12/2022.

Por sua vez, em setembro de 2022, a revista estadunidense Time fez uma matéria de capa com Boric e o apresentou como “a nova guarda do Chile” que lidera o país em um momento histórico de mudança. Seu partido foi descrito como sendo de centro-esquerda, e as aspirações de Boric como mais próximas da social-democracia europeia. Em entrevista, o presidente chileno declarou que pertencia a uma tradição socialista libertária e entendia ter havido uma derrota da esquerda, no século XX, causada pelo pensamento de que o Estado poderia resolver tudo, o que teria gerado desvios autoritários. Em vez de um Estado controlador, Boric declarou acreditar profundamente na iniciativa privada e na organização da sociedade civil, entendendo-as como complementares ao Estado, e salientou: “Sou, em primeiro lugar, democrata”⁸¹.

Os primeiros dez meses do governo Boric permitiram compreender com maior clareza a agenda do novo presidente e o que ela implica, em termos concretos, para os regimes econômico e político do país. Neste artigo, procuramos desenvolver o argumento de que Boric tem, como maior prioridade, a conclusão do processo constituinte chileno, iniciado em 2019, por meio da promulgação de uma Constituição escrita a partir de representação popular e debates transparentes. Esta prioridade implica que os rumos de seu governo são ligados, deliberadamente por parte de Boric, a acontecimentos no processo constituinte. Atores que ocupam postos-chave no governo e o conteúdo efetivo de políticas públicas tornam-se variáveis no esforço de garantir que este processo não seja controlado por forças da extrema-direita chilena, contrárias ao fim da Constituição de Pinochet.

A primeira seção a seguir analisa o referendo de setembro de 2022 – quando a maioria da população rejeitou o texto criado pela ANC instalada em 2021 – e as negociações sobre o futuro do processo constituinte que se seguiram a este episódio. Na sequência, a segunda seção explica as mudanças que Boric fez no seu ministério em decorrência do resultado do referendo, as quais levaram seu governo de centro-esquerda a pender mais para o centro do que para a esquerda no espectro ideológico. Em seguida, a terceira seção descreve os ajustes por que passaram três áreas de políticas públicas após as alterações no seu governo: segurança, economia e política externa. Por último, fazem-se considerações finais.

O referendo de setembro de 2022

Em outubro de 2020, na esteira do “*estallido social*”, 7,5 milhões de eleitores foram às urnas para votar se desejavam uma nova Constituição, em substituição à Carta Magna de Pinochet. 78% votaram sim e, entre estes, 79% expressaram a vontade de que uma ANC deveria ser inteiramente eleita (a outra opção era uma ANC composta, meio a meio, por representantes eleitos e membros do Congresso). Posteriormente, em maio de 2021, ocorreu a eleição dos membros da ANC, obedecendo a um critério paritário entre homens e mulheres e uma reserva de 17 das 155 vagas para representantes de povos indígenas. Cerca de 6 milhões de eleitores compareceram às urnas. Candidaturas independentes e de partidos mais inclinados à esquerda obtiveram cerca de 2/3 dos assentos e, com isso, ganharam maior força para influenciar o conteúdo do texto constitucional⁸².

A ANC trabalhou entre junho de 2021 e julho de 2022, ou seja, entre o final do segundo governo Piñera e o início do governo Boric. Nos seis primeiros meses, o órgão foi presidido por Elisa Loncón, liderança mapuche, e, nos seis meses finais, por María Elisa Quinteros, especialista em saúde pública. Em 4 de setembro de 2022, o texto elaborado foi submetido a um referendo, ao qual 13 milhões de pessoas compareceram (85% do total de habilitadas a votar⁸³), o que foi um recorde na história eleitoral do Chile (nesta ocasião, diferentemente das outras, o voto foi obrigatório). Neste pleito, 61,8% dos eleitores votaram por reprovar a proposta constitucional, enquanto 38,1% votaram por aprovar. O resultado não chegou a ser uma surpresa, pois, desde março, pesquisas de opinião já apontavam que a maioria da

81 Disponível em: <https://time.com/6209565/gabriel-boric-entrevista-espanol/>. Acesso em 07/12/2022.

82 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61015040>. Acesso em 12/12/2022.

83 Disponível em: <https://elpais.com/chile/2022-09-05/chile-rechaza-rotundamente-la-nueva-constitucion.html>. Acesso em 12/12/2022.



população votaria na rejeição. Porém, o percentual de votos neste sentido foi maior do que se estimava⁸⁴.

A Carta proposta pela ANC previa avanços em relação à Constituição de Pinochet. Instituiu um Estado social democrático de direito e incluía dispositivos em matéria de bem-estar social, saúde pública, previdência pública, paridade de gênero, direito ao aborto e proteção do meio ambiente. Ademais, adotava o princípio da plurinacionalidade, fortalecendo direitos de povos indígenas por meio da legitimação de processos de justiça específicos destas comunidades. Em aspectos institucionais, assumia um maior regionalismo, exemplificado pela substituição do Senado por uma Câmara de Regiões, que teria menos poderes em relação à Câmara de Deputados.

Nos meses que antecederam o referendo, a oposição foi eficiente em dificultar que o governo Boric defendesse e divulgasse o novo texto constitucional. Em maio, deputados da coalizão Chile Vamos e do Partido Republicano acionaram a Controladoria Geral da República contra a campanha “Hagamos Historia” que o governo difundiu na mídia, a qual qualificaram como intervenção eleitoral, pois incitaria votos na opção de aprovação com uso de recursos públicos, o que a lei chilena proíbe⁸⁵. O órgão abriu uma investigação na Secretaria Geral do Governo e no Ministério de Obras Públicas⁸⁶. Face à pressão, o governo renomeou a campanha para “Chile Vota Informado”⁸⁷. Além disso, em agosto, o Partido Republicano entrou com uma ação, na Controladoria, pela qual levantava suspeitas sobre o contrato de impressão do texto constitucional em formato de livro (para ser distribuído à população) entre o governo e uma gráfica⁸⁸. O órgão não encontrou irregularidades⁸⁹, porém o presidente do Colegio de Profesores, maior entidade de docentes do Chile, declarou que a Controladoria colocou travas na entrega massiva da proposta da nova Carta às organizações sociais⁹⁰.

Simultaneamente, tão logo a ANC entregou o texto elaborado a Boric em cerimônia simbólica, em 4 de julho, a oposição passou a criticá-lo publicamente, incitando votos na opção de rechaço. No mesmo dia, constituintes pela coalizão Chile Vamos divulgaram uma carta em que acusavam a ANC de ter sido sequestrada por uma esquerda radical, que, valendo-se de maioria circunstancial, teria abusado de seu poder e desrespeitado regras de procedimento. Em termos de conteúdo, acusaram o texto aprovado de desequilibrar instituições do Estado, ampliar demasiadamente a burocracia, adotar receitas fracassadas em matéria de direitos sociais e promover discriminação étnica por meio do princípio da plurinacionalidade⁹¹. Posteriormente, em agosto, a coalizão Chile Vamos lançou um documento intitulado “Nueva y Buena Constitución para Chile”, em que se comprometia a dar seguimento ao processo constituinte em caso de vitória do rechaço, porém defendendo um texto que contemplasse um Estado unitário, intercultural e com uma economia social de mercado⁹².

84 Disponível em: <https://elpais.com/chile/2022-08-27/las-encuestas-en-chile-dan-ventaja-al-rechazo-a-la-nueva-constitucion-con-un-gran-contingente-de-indecisos.html>. Acesso em 12/12/2022.

85 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/chile-vamos-y-republicanos-ingresaron-requerimientos-a-controloria-por-campana-hagamos-historia/>. Acesso em 12/12/2022.

86 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/contraloria-abre-investigacion-contra-el-gobierno-tras-denuncia-de-intervencionismo-electoral/>. Acesso em 12/12/2022.

87 Disponível em: <https://msgg.gob.cl/wp/2022/09/01/gobierno-cierra-campana-chile-vota-informado-decara-al-plebiscito-constitucional-cumplimos-con-latarea-la-responsabilidad-y-el-deber-de-informar/>. Acesso em 12/12/2022.

88 Disponível em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2022/08/16/admiten-dos-querellas-contra-gobierno-por-imprimir-constitucion-jackson-lo-tilda-de-show-triste.shtml>. Acesso em 12/12/2022.

89 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/primera-fase-de-indagatoria-contraloria-senala-que-segegob-acredito-cumplimiento-de-ley-de-compras/>. Acesso em 12/12/2022.

90 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/organizaciones-sociales-piden-al-gobierno-aumentar-difusion-de-la-nueva-constitucion/>. Acesso em 12/12/2022.

91 Disponível em: <https://www.latercera.com/politica/noticia/convencionales-de-chile-vamos-firman-carta-con-junta-y-dicen-que-el-organo-constitucional-es-uno-de-los-grandes-fracasos-de-la-historia-institucional/DO-AKHBOZHJADLAPZMABPDDJDPI/>. Acesso em 12/12/2022.

92 Disponível em: <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2022/08/10/1069459/chilevamos-por.html>. Acesso em 12/12/2022.

Entretanto, não foi apenas a oposição oficial ao governo Boric que fez campanha pelo voto de rechaço. Membros do Partido Socialista (que integra o governo) também manifestaram publicamente insatisfação tanto com a ANC, acusada de ter assumido um tom animoso e excludente, quanto com o texto aprovado, particularmente no tema do plurinacionalismo e da substituição do Senado por uma Câmara das Regiões enfraquecida, o que geraria um sistema político mais propenso ao conflito⁹³. Ademais, senadores da Democracia Cristiana (oficialmente independente) acusaram o texto de fragmentar o país, em vez de uni-lo, e articularam um projeto de lei que reduziu o quórum necessário de deputados e senadores para fazer reformas na Constituição de Pinochet, o que foi aprovado pelo Congresso em agosto⁹⁴.

Além de partidos, a grande imprensa deu visibilidade a problemas nos trabalhos da ANC, ao longo dos meses em que esteve reunida, o que contribuiu para o voto de rechaço. Escândalos envolvendo constituintes foram explorados, como quando um representante independente mentiu ter câncer para ser eleito, outro recitou uma canção ao proferir um discurso, e o secretário da ANC foi gravado perguntando à presidente do órgão, certa vez, “o que fariam com aquele circo”⁹⁵. Tais episódios levaram a um “descrédito da ANC, o que foi a antessala do descrédito dos conteúdos da nova Constituição”, segundo Jaime Bessa, vice-presidente da ANC nos seus primeiros seis meses⁹⁶.

Diante das críticas de várias fontes, partidos governistas organizaram, em julho, uma campanha pelo voto de aprovação. Alegavam que a campanha da oposição sobre a nova Constituição era baseada em medo, desinformação e notícias falsas na internet (que apontavam, por exemplo, o fim da propriedade privada e a extinção da polícia⁹⁷), porém assumiam que o texto não era plenamente satisfatório. Os partidos da coalizão Socialismo Democrático lançaram um documento intitulado “Apruebo para Mejorar”, que afirmava que reformas seriam feitas diretamente na nova Carta se esta fosse aprovada no referendo, enquanto os partidos da coalizão Frente Amplio se comprometeram em apresentar, após o pleito, leis complementares para 12 pontos do texto constitucional que suscitavam controvérsia⁹⁸.

Uma vez anunciada a vitória do rechaço no referendo, Boric foi rápido em reconhecerlo. Ainda na noite de 4 de setembro, fez um pronunciamento no qual afirmou que a população havia expressado seu descontentamento democraticamente e que caberia às instituições e aos atores políticos fazer uma autocrítica e trabalhar por um novo projeto constitucional, mais consensual. Para tanto, conclamou a sociedade civil e o Congresso a negociar um roteiro que definisse os próximos passos do processo constituinte, porém frisou que o grande protagonista da ação seria o Congresso. Ao destacá-lo, Boric indicava aceitar, implicitamente, que partidos de direita assumissem maior influência sobre o futuro da nova Carta, posto que ocupavam mais espaço no Congresso do que tinham na ANC.

Entre setembro e dezembro, as forças parlamentares negociaram, cotidianamente, o futuro da nova Constituição. Em linhas gerais, partidos mais à esquerda – e o próprio Boric – reivindicavam a eleição de uma nova ANC por voto popular. Por sua vez, partidos mais à direita, sobretudo da coalizão Chile Vamos, pleiteavam que o Congresso elegeisse um painel de constitucionalistas, que participaria da elaboração da nova Carta. Já o Partido Republicano, de extrema-direita, anunciou, em outubro, que deixaria a mesa de diálogo, por

93 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/diez-figuras-de-centroizquierda-firman-carta-anunciando-que-votaran-rechazo/>. Acesso em 12/12/2022.

94 Disponível em: <https://www.senado.cl/reforma-que-rebaja-el-quorum-para-modificar-la-constitucion-pasa-a>. Acesso em 12/12/2022.

95 Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/los-pecados-de-la-convencion-constituyente-chilena-de-un-estreno-caotico-a-los-puntos-mas-polemicos-nid04092022/>. Acesso em 12/12/2022.

96 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/jaime-bassa-por-resultado-del-plebiscito-no-supimos-hablarle-a-ese-pueblo/>. Acesso em 12/12/2022.

97 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/conheca-as-principais-fake-news-sobre-a-nova-constituicao-do-chile-e-seu-impacto/>. Acesso em 12/12/2022.

98 Disponível em: <https://www.latercera.com/politica/noticia/apruebo-para-concretar-el-borrador-del-frente-amplio-en-que-compromete-leyes-de-implementacion-en-12-puntos-si-se-aprueba-la-nueva-constitucion/3-ACXUBHY5JGTLTP6TK3J7CCJ5VM/>. Acesso em 12/12/2022.



não concordar com a substituição da Constituição de Pinochet. Seu líder, José Antonio Kast, candidato derrotado por Boric nas eleições presidenciais, declarou que o triunfo do rechaço significava um fracasso do governo Boric⁹⁹. O presidente chileno, por sua vez, pareceu concordar que alguma mudança de rumo era necessária na sua administração, enquanto um novo itinerário constituinte era negociado.

Alterações no governo

Apesar de não associar explicitamente o resultado do referendo a insatisfações com o seu governo, Boric fez trocas importantes no seu ministério, dois dias depois da votação, que deram poder a forças políticas mais ao centro do que à esquerda. Estes ajustes pareciam sugerir uma vontade de acompanhar o humor popular que se manifestou nas urnas. Se a proposta de nova Constituição foi julgada como estando demasiadamente à esquerda, então o desejo do eleitorado seria por mais moderação, o que Boric parece ter atribuído não apenas ao processo constituinte, mas ao próprio governo. Em discurso no dia em que trocou ministros, o presidente chileno disse que era hora de recuperar a confiança nas instituições e que “ser um adiantado à sua época política é uma forma elegante de estar equivocado”¹⁰⁰.

O ministério original de Boric foi nomeado no mesmo dia em que foi empossado, 11 de março. Àquela época, o presidente chileno privilegiou membros de partidos de esquerda e centro-esquerda, que passaram a formar a base oficial do governo. A composição foi marcada por uma estratégia de ganhar governabilidade no Congresso. O sistema partidário chileno é bastante fragmentado desde o fim da ditadura Pinochet e leva os partidos a se organizarem em coalizões. Desde a eleição presidencial, Boric é o líder da coalizão de esquerda Apruebo Dignidad, integrada por duas subcoalizões, que somam seis partidos, conforme o quadro a seguir. Dos 24 ministérios, Boric entregou 11 a integrantes desta coalizão. Por sua vez, a coalizão de centro-esquerda Socialismo Democrático formou-se após a eleição presidencial e reúne cinco partidos, que estavam à frente dos governos Alwyn, Frei, Lagos e Bachelet (integravam as antigas coalizões Concertación e Nueva Concertación). Esta coalizão ficou, inicialmente, com 6 ministérios. Para as outras 7 pastas, Boric nomeou personalidades consideradas independentes. Cabe destacar que, entre as 24 pessoas nomeadas para os ministérios, 14 eram mulheres, o que foi a maior proporção feminina em um gabinete na

Quadro 1: Partidos da base do governo Boric

Coalizão		Partidos
Apruebo Dignidad	Frente Amplio	Convergencia Social
		Revolución Democrática
		Comunes
	Chile Digno	Partido Comunista
		Federación Regionalista Verde Social
		Acción Humanista
Socialismo Democrático	Partido Socialista	
	Partido Por la Democracia	
	Partido Liberal	
	Partido Radical	
	Nuevo Trato	

Fonte: Elaboração própria.

99 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/09/05/governo-de-boric-anuncia-ajustes-apos-choque-eleitoral-no-chile.htm>. Acesso em 12/12/2022.

100 Disponível em: <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/gobierno/gabinete/boric-advierte-a-las-vanguardias-politicas-ser-un-adelantado-a-tu/2022-09-06/150650.html>. Acesso em 13/12/2022.

história chilena¹⁰¹.

Mesmo com esta base ampla de partidos, Boric não tem maioria automática nem na Câmara, nem no Senado desde março. Apoios para aprovação de matérias precisam ser negociados com partidos que se declaram independentes, a fim de vencer a oposição liderada pela coalizão Chile Vamos (de direita liberal, formada por três partidos que estavam à frente dos governos Piñera: Renovación Nacional, Unión Demócrata Independiente e Evópoli) e pelo Partido Republicano (de extrema-direita, liderado por Kast). No campo independente, os principais fiéis da balança são o Partido Demócrata de la Gente e o Partido Demócrata Cristiano (sendo que este último passou por uma cisão interna, em novembro de 2022, devido a divergências sobre os rumos do processo constituinte, o que levou parte de seus membros a organizar um novo partido, Demócratas, atualmente em processo de formalização).

Após o referendo de setembro, Boric fez alterações em cinco ministérios: Secretaria da Presidência, Interior, Saúde, Energia e Ciência. As mudanças políticas mais importantes foram nos dois primeiros. A Secretaria da Presidência, responsável por assessorar o chefe de Estado e fazer articulações no Legislativo, era comandada por Giorgio Jackson, líder do partido Revolución Democrática e aliado político de longa data de Boric. No seu lugar, entrou Ana Lya Uriarte, filiada ao Partido Socialista e ex-chefe de gabinete de Bachelet em seu segundo governo. Por sua vez, o Ministério do Interior é responsável pela segurança pública, e seu comandante torna-se o segundo na linha sucessória do Executivo (o país não elege vice-presidente). Izkia Siches ocupava o posto desde março na cota de figuras independentes, após ter tido um papel de destaque na campanha presidencial de Boric e ter dirigido o Colegio Médico de Chile durante a pandemia de Covid-19. Foi substituída por Carolina Tohá, filiada ao Partido Pela Democracia, ex-ministra no primeiro governo Bachelet e ex-prefeita de Santiago.

Estas mudanças também impactaram o Comitê Político, órgão que delibera sobre a condução do governo. Uriarte e Tohá foram convidadas a compô-lo para “dar maior coesão ao governo”, nas palavras de Boric¹⁰². A ministra do Trabalho, Jeannette Jara, do Partido Comunista, também passou a integrá-lo, por sua “capacidade de alcançar grandes acordos, às vezes improváveis, que é do que o país mais necessita neste momento”, ainda segundo o presidente¹⁰³. Dada a saída de Jackson, a entrada de Jara apenas manteve o espaço da coalizão de esquerda Apruebo Dignidad neste núcleo-duro do governo, ao passo que a inclusão de Uriarte e Tohá significou um aumento de influência da coalizão de centro-esquerda Socialismo Democrático. Na primeira reunião do novo grupo, a porta-voz do governo, Camila Vallejo, salientou que o comitê tinha “o desafio de acompanhar o processo constituinte”¹⁰⁴. Cabe destacar que, pela primeira vez, mulheres passaram a ter maioria do órgão em um governo chileno¹⁰⁵.

Para além do Executivo, o resultado do referendo repercutiu, também, no poder decisório do Congresso. Em março, senadores concordaram em eleger Álvaro Elizalde, do Partido Socialista, para exercer a presidência do Senado por um ano¹⁰⁶. Por sua vez, na Câmara, as forças políticas acordaram que sua presidência trocaria seis vezes ao longo dos próximos quatro anos. Raúl Soto, do Partido Pela Democracia, foi eleito para o primeiro período e seria sucedido por Karol Cariola, do Partido Comunista, a partir de outubro¹⁰⁷. Contudo, chegado o momento da substituição, Vlado Mirosevic, do Partido Liberal, foi

101 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-60084131> e <https://www.laizquierdadiario.cl/Ministerios-de-Boric-Apruebo-Dignidad-se-queda-con-mayoria-de-las-carteras-pero-empresarios>. Acesso em 30/11/2022.

102 Disponível em: <https://radio.uchile.cl/2022/09/06/carolina-toha-asume-en-interior-y-ana-lya-uriarte-reemplaza-a-jackson-en-la-segpres/>. Acesso em 13/12/2022.

103

Ibid.

104 Disponível em: <https://www.24horas.cl/actualidad/politica/ministra-vallejo-tenemos-el-desafio-de-acompanar-el-proceso>. Acesso em 13/12/2022.

105

Ibid.

106 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/alvaro-elizalde-asumira-la-presidencia-del-senado-por-un-ano-y-sera-el-encargado-de-colocar-le-la-banda-presidencial-a-boric/>. Acesso em 13/12/2022.

107 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/nuevo-oficialismo-acuerda-que-raul-soto-del-ppd-asuma-como-presidente-de-la-camara-baja/>. Acesso em 13/12/2022.



eleito. O Partido Comunista divulgou um comunicado afirmando que um veto ao partido foi imposto para ocupar a presidência da Câmara¹⁰⁸. Deste modo, a coalizão de centro-esquerda Socialismo Democrático (ao qual pertencem os partidos Socialista e Liberal) seguiu no comando das duas casas do Congresso.

Mudanças em políticas públicas

Priorização da política de segurança

As alterações no governo geraram uma mudança sensível no modo como a política de segurança é tratada no governo Boric. No dia em que anunciou as trocas no seu ministério, o presidente chileno declarou que a segurança se tornava uma tarefa prioritária, pois, “neste momento, não podemos, como sociedade, tolerar que compatriotas vejam suas vidas sequestradas pela delinquência, pelo narco ou pela violência”¹⁰⁹. Por sua vez, a porta-voz do governo, Camila Vallejo, assumiu que “temos que garantir melhor segurança para a população e nisso o reforço da nossa agenda é importante”¹¹⁰. Semanas depois, a nova ministra da Secretaria de Governo, Ana Lya Uriarte, reforçou que a delinquência era “o primeiro tema de preocupação na ordem de gravidade” e que buscaria dar-lhe urgência máxima no Congresso¹¹¹.

Em termos práticos, Boric anunciou, ainda em setembro, um aumento de 4,4% do orçamento do setor de segurança para 2023, em relação a 2022, com o objetivo de fortalecer a polícia no combate ao crime organizado, que, nas suas palavras, ameaçaria o país¹¹². Desde o início do governo, esta ameaça é maior no norte do Chile, especialmente na região de Arica e Parinacota, onde a presença de quadrilhas aumentou nos últimos anos, como o Tren de Aragua, oriunda da Venezuela. Segundo Boric, tratou-se de uma infiltração que se aproveitou da recepção de milhares de imigrantes venezuelanos na área¹¹³. O governo Piñera havia declarado estado de exceção para lidar com a situação em fevereiro, o que permitia o emprego de militares. Por sua vez, o governo Boric priorizou a estratégia de aumento de investimentos na polícia nacional, como em junho, quando anunciou US\$ 2,5 milhões para tal fim¹¹⁴.

O aumento da criminalidade no Chile repercutiu, em especial, entre motoristas de caminhão. Em abril, houve uma paralização nacional do setor, que bloqueou estradas em diversos pontos do território para reivindicar maior policiamento nas estradas. Houve tentativas de negociação entre o Ministério do Interior (liderado por Izkia Siches à época) e entidades do setor, porém não foram produtivas, o que levou o governo a processar líderes do movimento, nos termos da Lei de Segurança Nacional, a fim de desmobilizar o ato¹¹⁵. Posteriormente, em novembro, caminhoneiros da região norte voltaram a bloquear estradas, reivindicando mais medidas de segurança contra assaltos e um alívio nos preços dos combustíveis. Desta vez, negociações entre o Ministério do Interior (ora dirigido por

108 Disponível em: <https://pcchile.cl/2022/11/02/a-la-opinion-publica-quienes-comprometieron-su-palabra-frente-a-chile-confirman-que-no-cumpliran/>. Acesso em 13/12/2022.

109 Disponível em: https://www.cnnchile.com/pais/discursos-boric-cambio-gabinete-duele_20220906/. Acesso em 18/12/2022.

110 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/primer-consejo-de-gabinete-del-nuevo-comite-politico-ministra-vallejo-delineo-los-ejes-a-tratar/>. Acesso em 18/12/2022.

111 Disponível em: <https://cooperativa.cl/noticias/pais/gobierno/ministra-uriarte-anuncio-maxima-urgencia-para-proyectos-de-seguridad/2022-10-27/083902.html>. Acesso em 18/12/2022.

112 Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202209/606428-boric-presupuesto-chile-crecimiento-gasto-publico.html>. Acesso em 16/12/2022.

113 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/presidente-boric-descarta-decretar-estado-de-excepcion-en-el-norte-del-pais/>. Acesso em 18/12/2022.

114 Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/433231-gabriel-boric-anuncio-un-millonario-plan-de-inversion-para-a>. Acesso em 18/12/2022.

115 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/04/28/em-menos-de-dois-meses-como-presidente-do-chile-gabriel-boric-enfrenta-paralisacao-nacional-de-caminhoneiros.ghtml>. Acesso em 18/12/2022.

Carolina Tohá) e representantes do setor conseguiram alcançar um acordo¹¹⁶.

Outro ponto de destaque contínuo na agenda de segurança foi a relação entre o Estado chileno e o povo mapuche, que habita, em especial, a região de Araucanía e partes da região de Bío-Bío, no sul do Chile. Quando a ministra do Interior era Izkia Siches, entre março e setembro, predominava uma tentativa de redução de tensões com o povo mapuche. O governo Piñera havia sido marcado por declarações de sucessivos estados de exceção de 1 mês em regiões com presença da etnia. A fim de marcar uma diferença com o antecessor, o Ministério do Interior passou a decretar estados de exceção menores, de 15 dias, a fim de tornar os debates sobre sua renovação no Congresso mais constantes. Além disso, Siches se referia ao território mapuche no seu termo indígena, Wallmapu, e afirmava que alguns de seus membros encarcerados durante o governo Piñera eram presos políticos.

Todavia, a postura conciliadora de Siches foi pouco frutífera. Um episódio marcante foi a sua primeira viagem à Araucanía, na qual sua comitiva de carros foi alvo de tiros durante um trajeto no qual uma placa indicava: “Izkia Siches, enquanto houver presos políticos, não haverá diálogo”¹¹⁷. Por sua vez, os estados de exceção foram renovados constantemente. Lideranças mapuches declararam que o emprego contínuo de militares significava a manutenção de uma guerra contra seu povo¹¹⁸. Além disso, o uso do termo Wallmapu foi criticado por deputados chilenos da coalizão Chile Vamos e políticos argentinos, uma vez que engloba, na visão indígena, partes do território do país vizinho¹¹⁹.

Em julho, a abordagem de Siches já se mostrava desgastada quando o Ministério do Interior apresentou queixa, na Justiça, contra Hector Llaitul, liderança mapuche da Coordenadora Arauco-Malleco, por incentivar publicamente, em entrevistas de imprensa, um levantamento armado contra as Forças Armadas chilenas e empresas madeireiras, por meio de atos de sabotagem a máquinas e insumos¹²⁰. Llaitul foi preso em agosto. No mesmo mês, a ministra de Desenvolvimento Social, Jeanette Vega, renunciou ao cargo, após a imprensa descobrir que ela havia tentado marcar uma conversa com Llaitul, em maio, gerando críticas da oposição, que trata o líder mapuche como terrorista. Vega também era crítica das decretações de estados de exceção¹²¹. No mês seguinte, foi a vez de Siches ser dispensada do governo.

No referendo constituinte de setembro, a região de Araucanía foi onde a proposta de texto constitucional teve a maior rejeição no Chile, 73,69% dos votos, mesmo com a previsão de criação de um Estado plurinacional. Segundo a ex-presidente da ANC e liderança mapuche, Elisa Lancón, a parte do movimento indígena que não compartilha da estratégia de diálogo foi hábil em desqualificar o processo e convocar votos de rechaço, ao passo que os grupos que estavam presentes na Convenção não tinham a mesma capacidade de marcar presença nos territórios¹²². Em novembro, somente depois de perder o referendo, Boric fez sua primeira viagem à região. Na ocasião, prometeu criar uma comissão pela paz e pelo diálogo, em 2023, entre o Estado chileno e o povo mapuche, a fim de negociar a titularidade de terras¹²³. Se efetivado, o espaço será importante para manter contatos constantes com lideranças mapuches enquanto o processo constituinte segue em andamento.

116 Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/chile-logran-acuerdo-parte-camioneros-paro-20221128-0003.html>. Acesso em 18/12/2022.

117 Disponível em: <https://www.24horas.cl/regiones/araucania/izkia-mientras-haya-presos-politicos-no-habra-dialogo-el-mensaje-dirigido-a-la-ministra-en-temucuicui-5223596>. Acesso em 18/12/2022.

118 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/lonko-de-temucuicui-afirma-que-gobierno-declaro-la-guerra-a-los-mapuches-al-decretar-estado-de-emergencia-acotado/>. Acesso em 18/12/2022.

119 Disponível em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2022/03/31/no-existe-ningun-wallmapu-polemica-en-argentina-por-concepto-empleado-por-la-ministra-siches.shtml>. Acesso em 18/12/2022.

120 Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2022/07/27/gobierno-anuncia-que-ampliara-que-rellas-por-ley-de-seguridad-del-estado-contralider-de-la-cam-hector-llaitul/>. Acesso em 18/12/2022.

121 Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2022/08/26/jeanette-vega-el-precio-de-la-descoordinacion-y-la-llave-para-apagar-el-fuego/>. Acesso em 18/12/2022.

122 Disponível em: <https://www.nodal.am/2022/11/elisa-loncon-y-proceso-constituyente-los-partidos-de-centro-izquierda-no-dieron-el-ancho/>. Acesso em 18/12/2022.

123 Disponível em: <https://elpais.com/chile/2022-11-12/boric-anuncia-una-comision-para-restituir-tierras-indigenas-en-la-zona-mapuche-chilena.html>. Acesso em 18/12/2022.



Concessões na política econômica

Para o Ministério da Fazenda, Boric nomeou, em março, Mario Marcel, economista sem filiação partidária, que até então ocupava a presidência do Banco Central (indicado por Bachelet, em 2016, e renomeado para mais um mandato por Piñera, em 2021). Se, após o referendo de setembro, a prioridade declarada do governo passou a ser a agenda de segurança, antes esta importância era dada à realização de uma reforma tributária. Seu objetivo seria aumentar a arrecadação do Estado para elevar investimentos sociais, segundo a porta-voz do governo¹²⁴.

Um projeto de reforma tributária foi encaminhado ao Congresso em julho e está em tramitação até o momento em que este texto é escrito. O documento de 260 páginas estipula arrecadar 4,1% do PIB – ou US\$ 12 bilhões – em quatro anos, por meio da redução de isenções e aumento de tributos para faixas de renda mais altas, estoques de riqueza superiores a US\$ 4,9 milhões, lucro sobre operações em bolsa e atividades prejudiciais ao meio ambiente, além da elevação de royalties no setor de mineração e criação de medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal. O documento determina que esta receita adicional será destinada à ampliação de um Estado de bem-estar, sobretudo em sistemas públicos de saúde e aposentadoria¹²⁵. Além disso, em mensagem presidencial, Boric declarou que a medida financiará cerca de metade do programa de governo¹²⁶.

Além disso, em novembro, o governo enviou, ao Congresso, um projeto de reforma previdenciária, também ainda em tramitação. O documento de 406 páginas prevê a extinção da lógica de poupança forçada, pela qual o indivíduo, ao se aposentar, recebe proporcionalmente ao que conseguiu poupar ao longo da vida. A reforma visa à criação de um sistema misto, no qual a aposentadoria do indivíduo será proporcional a contribuições feitas por ele, pelo empregador e pelo Estado. Além disso, permitiria ao indivíduo escolher onde quer investir seu fundo de aposentadoria, desobrigando-se de depositá-lo em Administradoras del Fondo de Pensiones (AFP), entidades privadas criticadas por proverem pensões baixas e cobrarem altos custos¹²⁷.

Enquanto tais projetos de lei são discutidos no Legislativo, o governo implementou outras medidas de bem-estar social. Em abril, anunciou o programa Chile Apoya, no valor de US\$ 3,7 bilhões, para ações como congelamento do preço do transporte público em todo o país ao longo de 2022, extensão de abono salarial, ampliação de subsídios para mulheres trabalhadoras com filhos pequenos, fortalecimento de centros de cuidado para adultos vulneráveis, bônus para trabalhadores do setor cultural afetados pela pandemia, apoio ao comércio de produtos da agricultura familiar, crédito para pequena mineração e um fundo para obras de infraestrutura propostas por governos locais que alavanquem emprego com responsabilidade ambiental¹²⁸. Em maio, foram anunciados um aumento de salário mínimo (o maior em 29 anos, após negociação com a Central Unitaria de Trabajadores de Chile), a ampliação de subsídios para pequenas e médias empresas pagarem a folha salarial, a extensão de auxílio a famílias de baixa renda para compra de cestas básicas e a criação de um fundo de estabilização dos preços de petróleo e derivados para impedir altas abruptas¹²⁹. Em junho, o governo sancionou a Lei Marco das Mudanças Climáticas, que prevê a neutralidade do país na emissão de gás carbônico até 2050 e estabelece responsabilidades

124 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/vallejo-una-de-las-primerisimas-prioridades-es-la-reforma-tributaria/>. Acesso em 16/12/2022.

125 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/gobierno-ingresa-al-congreso-la-reforma-tributaria/>. Acesso em 16/12/2022.

126

Ibid.

127 Disponível em: <https://www.gob.cl/noticias/conozca-los-detalles-de-la-reforma-de-pensiones-y-como-aumentara-sustantivamente-las-jubilaciones-de-los-chilenos/>. Acesso em 16/12/2022.

128 Disponível em: <https://www.hacienda.cl/noticias-y-eventos/noticias/gobierno-presenta-chile-apoya-plan-de-recuperacion-inclusiva-con-pleno-respaldo>. Acesso em 16/12/2022.

129 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/comisiones-unidas-de-trabajo-y-hacienda-del-senado-aprobaron-alza-del-sueldo-minimo-tras-nuevas-indicaciones/> e <https://www.lanacion.cl/camara-de-diputados-aprueba-proyecto-que-busca-estabilizar-precio-de-la-parafina/>. Acesso em 16/12/2022.

para ministérios, governos regionais e municípios neste esforço¹³⁰.

O setor de mineração, responsável por cerca de 10% do PIB chileno, recebeu atenção especial. Em junho, 45 mil trabalhadores da estatal Codelco, maior produtora de cobre do mundo, entraram em greve contra o fechamento da planta de fundição Ventanas, anunciado pela sua direção para conter casos de poluição ambiental. O governo negociou, com a “Federación de los Trabajadores de Cobre”, um cronograma de fechamento, a realocação dos trabalhadores e um plano de reinvestimento de 30% dos lucros da Codelco por quatro anos, a fim de modernizá-la, em vez de endividá-la ou privatizá-la¹³¹.

Apesar de todas estas ações, Boric sofreu um desgaste importante na agenda econômica no seu primeiro mês de mandato, quando se posicionou contra um projeto de lei que permitiria que cidadãos sacassem recursos livremente dos seus fundos de pensão para gastos cotidianos, diante de um cenário econômico prejudicado pela pandemia e pela inflação em alta devido à guerra na Ucrânia. O principal crítico da medida foi o ministro da Economia, que afirmou que o saque livre poderia levar a um aumento da taxa de inflação em cinco pontos percentuais¹³². Em vez disso, o governo apresentou um projeto de lei alternativo, que especificava os casos permitidos para saque. Porém, nenhum projeto foi aprovado na Câmara. O episódio está entre os fatores que ajudam a explicar o resultado do referendo de setembro, como forma de descontentamento da população com o governo¹³³.

Algumas semanas após a derrota no referendo, Boric anunciou o projeto de orçamento para 2023, submetido ao Congresso para aprovação, no qual mantém uma visão de bem-estar social. Em discurso, afirmou que a política econômica teria um efeito contracíclico, isto é, o Estado aumentaria gastos em 4,2%, em relação a 2022, para manter políticas públicas e, assim, evitar uma piora da desaceleração econômica que está prevista para o país e para o mundo. Entre as medidas, destacou que 60% do aumento de receita irão para o pagamento de pensões de maiores de 65 anos. Além disso, um programa para investimentos públicos em infraestrutura de US\$ 1 bilhão será criado, a fim de gerar empregos na construção civil¹³⁴.

Porém, ainda em setembro, Boric fez uma concessão importante à oposição, menos afeita a um Estado de bem-estar social. Em outubro, o Senado ratificou o Tratado Integral y Progresista de Asociación Transpacífico, mais conhecido como TPP-11 ou Parceria Transpacífica (PTP). O acordo foi lançado, em 2015, por onze países das Américas e da Ásia, entre os quais o Chile (à época governado por Bachelet), e tem como objetivo a abertura das economias nacionais por meio da redução de tarifas alfandegárias. Em abril de 2019, durante o segundo governo Piñera, a Câmara dos Deputados aprovou o tratado. Contudo, a PTP foi alvo de críticas durante o “*estallido social*” de outubro de 2019, por dar benefícios a empresas transnacionais, o que paralisou a tramitação no Legislativo. A retomada da discussão no Senado se deu com apoio de todos os senadores de oposição e alguns parlamentares da coalizão Socialismo Democrático (partidos Socialista e Por La Democracia). Depois da votação, Boric, outrora crítico do tratado, anunciou que o promulgará, mas apenas após negociar “*side letters*” (“cartas laterais”) com alguns países sobre pontos que considera que exigem maior detalhamento, especialmente sobre mecanismos de solução de controvérsias entre Estado e empresas transnacionais. Estes documentos precisarão da sanção do Congresso posteriormente, enquanto o processo constituinte segue vigente.

130 Disponível em: <https://www.gob.cl/noticias/un-hito-en-la-historia-medioambiental-de-chile-partir-de-hoy-contamos-con-nuestra-primera-ley-marco-de-cambio-climatico/>. Acesso em 16/12/2022.

131 Disponível em: <https://www.codelco.com/prensa/2022/gobierno-acuerda-historico-plan-de-reinversion-de-utilidades-para-codelco>. Acesso em 16/12/2022.

132 Disponível em: https://www.cnnchile.com/lodijeronencnn/mario-marcel-tolerancia-cero-5-retiro_20220411/. Acesso em 16/12/2022.

133 Disponível em: <https://www.nodal.am/2022/11/elisa-loncon-y-proceso-constituyente-los-partidos-de-centro-izquierda-no-dieron-el-ancho/>. Acesso em 18/12/2022.

134 Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202209/606428-boric-presupuesto-chile-crecimiento-gasto-publico.html>. Acesso em 16/12/2022.



Ajuste na política externa

A ratificação da PTP também teve significados para a política externa, pois adicionou uma agenda comercial e uma atenção à Ásia que não tiveram destaque nos primeiros meses do governo, antes do referendo de setembro. Em março, no seu discurso de posse, Boric afirmou que as prioridades da política externa seriam temas como o meio ambiente, os direitos humanos, a violência contra as mulheres e a aproximação em relação à América Latina. Para implementar esta agenda, nomeou, para o cargo de ministra das Relações Exteriores, também em março, Antonia Urrejola, advogada sem filiação partidária, ex-presidente da Comissão Internacional de Direitos Humanos da OEA e integrante do *think tank* progressista Nueva Política Exterior, formado, em 2021, por políticos, diplomatas, acadêmicos e entidades da sociedade civil, com apoio da fundação alemã Friedrich-Ebert-Stiftung.

O meio ambiente ganhou espaço rapidamente na agenda. Desde a campanha presidencial, Boric anunciava que faria uma “política externa turquesa”, que combinasse o verde da proteção da biodiversidade e o azul da proteção dos oceanos. Urrejola efetivamente adotou este nome para a agenda ambiental, em um evento realizado em agosto, na região antártica¹³⁵. Entre as ações tomadas, na primeira semana de governo, o Chile tornou-se membro do Acordo de Escazú, criado em 2018, pelo qual países latino-americanos e caribenhos se comprometem a melhorar o acesso à informação, o acesso à justiça e a participação pública em assuntos ambientais. Posteriormente, em junho, durante a Cúpula das Américas, realizada em Washington, o Chile foi um dos proponentes da iniciativa Américas pela Proteção do Oceano (Pacífico), integrada por mais oito países¹³⁶, com a finalidade de criar áreas marinhas protegidas para conservar a biodiversidade e os sumidouros de gás carbônico (em uma área conhecida por ser alvo de pesca ilegal por barcos chineses). Em agosto, autoridades chilenas e alemãs assinaram um acordo para exportar hidrogênio verde do Chile à Europa, via porto de Hamburgo. No mesmo mês, o país se juntou à Coalizão de Alta Ambição pela Eliminação do Plástico, formada por 19 países que almejam a criação de um tratado sobre este tema dentro da ONU.

Por sua vez, no tema de direitos humanos, o Chile foi eleito como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU em outubro, para um período de três anos, após a candidatura ter sido proposta pelo governo Piñera. Além disso, o feminismo teve amplo destaque na agenda. Urrejola assinou memorandos de entendimento com seus homólogos na Argentina, no Canadá e na Espanha para a troca de experiências em políticas públicas que fomentem a igualdade de gênero, a elaboração conjunta de iniciativas para combater a discriminação contra mulheres e meninas, a criação de uma rede de apoio entre embaixadas e consulados para lidar com casos de violência de gênero e o alinhamento de posições em debates multilaterais sobre a defesa de direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, foi criado um grupo de trabalho, no interior do Ministério de Relações Exteriores, para estudar como uma visão em favor da igualdade de gênero pode ser aplicada e institucionalizada nas várias dimensões de atuação do órgão¹³⁷.

No que toca a América Latina, Urrejola manifestou ser imperativo que se avancem Estados de bem-estar social, face à desigualdade e à pobreza que ainda assolam a região¹³⁸. Neste sentido, foi suspensa a participação do Chile no PROSUL, fórum criado em 2019 entre governos inclinados à direita e cuja ata de fundação foi assinada em Santiago. Em termos bilaterais, a relação mais próxima levada a cabo foi com a Argentina, primeiro país aonde Boric viajou, em abril, e para onde nomeou uma ex-presidente da CUT-Chile, Bárbara

135 Disponível em: <https://laprensaaustral.cl/2022/08/23/canciller-antonia-urrejola-lanzara-la-politica-exterior-turquesa-en-magallanes/>. Acesso em 19/12/2022.

136 Além do Chile, oito países assinaram a declaração de lançamento: Canadá, Estados Unidos, México, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador e Peru.

137 Disponível em: <https://opinion.cooperativa.cl/opinion/internacional/cuatro-meses-de-politica-exterior/2022-07-28/105720.html>. Acesso em 19/12/2022.

138 Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/noticias-antteriores/canciller-antonia-urrejola-es-un-imperativo-avanzar-hacia-estados-de>. Acesso em 19/12/2022.

Figuerosa, como embaixadora. Em encontro com Alberto Fernández, foram assinados acordos de cooperação em direitos humanos¹³⁹. Posteriormente, os dois vizinhos lançaram o Grupo de Trabalho Binacional sobre Lítio e Salinas, a fim de desenvolver uma agenda comum para este setor mineral, crítico para a fabricação de baterias, por meio da ação do Estado e com respeito a comunidades locais¹⁴⁰.

Uma maior cooperação em lítio também foi discutida entre Boric e Luis Arce, presidente da Bolívia¹⁴¹. Além disso, em junho, os dois governos reativaram a Hoja de Ruta, acordada em 2021 para iniciar uma normalização de relações diplomáticas, congeladas desde 1978 devido a disputas judiciais sobre o uso internacional das águas (Chile e Bolívia mantêm consulados, porém não embaixadas)¹⁴². Por sua vez, na relação com a Colômbia, Boric compareceu à posse presidencial de Gustavo Petro, em agosto, e, no mês anterior, recebeu uma visita da vice-presidente eleita, Francia Marquez, na qual ofereceu o Chile como sede para diálogos de paz entre o Estado colombiano e a guerrilha Ejército de Liberación Nacional (ELN)¹⁴³. Em novembro, Boric fez, ainda, uma visita de três dias ao México, onde se encontrou com o presidente López Obrador. O propósito principal da viagem era comparecer a uma cúpula da Aliança do Pacífico, porém esta foi cancelada de última hora devido à crise política no Peru, que impediu a ida do presidente Pedro Castillo¹⁴⁴.

Com o Brasil, então governado por Jair Bolsonaro, a relação foi hostil. Em agosto, durante a campanha presidencial brasileira, Bolsonaro afirmou, em debate televisivo, que “Lula apoiou o presidente do Chile também, o mesmo que praticava atos de tocar fogo em metrô lá no Chile. Para onde está indo o nosso Chile?”¹⁴⁵. Em reação, no dia seguinte, a chanceler chilena declarou à imprensa que a acusação de Bolsonaro era uma notícia falsa e uma desinformação gravíssima; classificou a fala como um ato de erosão da democracia e da relação bilateral; e afirmou que acusar outro presidente de cometer crimes não seria uma boa maneira de se fazer política, devendo prevalecer, ao invés disso, o respeito em meio às diferenças ideológicas¹⁴⁶. Em nota, o Ministério de Relações Exteriores do Chile criticou o uso da relação bilateral para fins eleitorais por Bolsonaro e convocou o embaixador brasileiro no país, Paulo Roberto Soares Pacheco, para receber uma carta de protesto¹⁴⁷.

Fora da América Latina, Boric buscou uma boa relação com Canadá e Estados Unidos por meio de viagens. Em junho, encontrou-se com o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, dias antes de ambos comparecerem à Cúpula das Américas, em Washington. Por sua vez, na cúpula, Boric teve um encontro com o presidente estadunidense, Joe Biden. Em ambos os encontros, os temas da democracia, dos direitos humanos e da crise climática foram destacados pela chancelaria chilena¹⁴⁸. Boric criticou, durante a cúpula, a falta de convite, por parte dos Estados Unidos, para que Cuba, Nicarágua e Venezuela participassem do encontro¹⁴⁹. Ademais, em outubro, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony

139 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/04/boric-chega-a-argentina-quebra-protocolo-e-pede-dialogo-sobre-confito-no-sul.shtml>. Acesso em 19/12/2022.

140 Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/industrias-extrativistas-pt-br/57203-triangulo-do-litio-a-america-latina-discute-novas-estrategias-regionais/>. Acesso em 19/12/2022.

141 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/08/07/chile-e-bolivia-concordam-em-enfrentar-a-crise-migratoria-em-sua-fronteira.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 19/12/2022.

142 Disponível em: https://twitter.com/Minrel_Chile/status/1550253643873525760. Acesso em 19/12/2022.

143 Disponível em: <https://www.nodal.am/2022/07/chile-boric-le-ofrece-a-francia-marquez-que-chile-sea-sede-de-los-dialogos-con-el-eln/>. Acesso em 19/12/2022.

144 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/boric-inicio-visita-a-mexico-tras-cancelada-cumbre-de-la-alianza-del-pacifico-este-miercoles-se-reunira-con-amlo/>. Acesso em 19/12/2022.

145 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/08/29/interna_politica,1389637/bolsonaro-termina-debate-criticando-governos-de-argentina-chile-e-colombia.shtml. Acesso em 19/12/2022.

146 Disponível em: https://twitter.com/Minrel_Chile/status/1564310990006657025. Acesso em 19/12/2022.

147 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/29/chile-convoca-embaixador-do-brasil-em-protesto-por-declaracoes-de-bolsonaro-contra-boric.ghtml>. Acesso em 19/12/2022.

148 Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2022-06-06/boric-se-suba-la-estela-de-trudeau.html> e <https://www.lanacion.cl/boric-abordo-inflacion-y-pacto-contra-paraisos-fiscales-en-reunion-con-biden/>. Acesso em 19/12/2022.

149 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2022/06/06/boric-diz-que-excluir-venezuela-nicaragua-e-cuba-de-cupula-e-erro.htm>. Acesso em 19/12/2022.



Blinken, fez uma visita ao Chile, poucos dias antes de a PTP ser ratificada pelo Senado¹⁵⁰.

Para além das Américas, apenas a guerra na Ucrânia ganhou atenção do governo, que manteve uma postura de condenação à invasão feita pela Rússia. Sendo assim, a ratificação da PTP pelo Senado chileno, depois do referendo de setembro, ampliou o foco geográfico onde a política externa estava concentrada. Sinal importante disto ocorreu em novembro, quando ocorreu a COP27, no Egito, para discutir mudanças climáticas. Após ter indicado que iria presencialmente ao encontro da ONU¹⁵¹, Boric trocou de prioridade e compareceu a uma reunião do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), na Tailândia, para negociar as “*side letters*” com países que também integram a PTP¹⁵².

Considerações finais

Embora se declare um socialista libertário, Boric faz um governo orientado por um capitalismo de bem-estar social, com grande valorização das agendas de gênero e meio ambiente. Mas, como também havia declarado, se vê como um democrata, em primeiro lugar. Por democracia, parece entender a sensibilidade a resultados eleitorais, a capacidade de fazer concessões a grupos com outras ideologias e a disposição ao diálogo com o Poder Legislativo. A derrota da opção amplamente conhecida como sendo a preferida do governo, no referendo de setembro, levou Boric a repensar sua administração. Pessoas-chave foram trocadas de postos, a fim de dar mais espaço à coalizão Socialismo Democrático, formada por partidos que integraram governos passados de centro-esquerda, em detrimento da coalizão Apruebo Dignidad, à qual o próprio presidente é mais intimamente vinculado. Estas mudanças deram proeminência à agenda de segurança, destravaram um grande acordo de livre-comércio que estava parado no Congresso e colocaram negociações comerciais que envolvem países americanos e asiáticos com mais ênfase na política externa. Tais pontos contemplam um eleitorado mais à direita e parte importante do empresariado chileno.

O pano de fundo destas concessões nos parece ser o processo constituinte chileno, do qual Boric se vê como um fiador. Em outubro, o presidente organizou uma cerimônia de aniversário de três anos do “*estallido social*” de 2019 e afirmou que o levante não foi nem uma revolução anticapitalista, nem uma onda de delinquência, mas sim uma explosão de dores e fraturas que demandam reformas para fortalecer direitos sociais¹⁵³. Em 2019, Boric entendia que esta resposta deveria se dar por meio de uma nova Constituição, o que agora, uma vez no poder, tenta assegurar, mesmo que a custo de parte do seu programa de governo. Diante do revés do referendo de setembro, instou o Congresso a tomar as rédeas do processo constituinte, em vez de deixar a vitória do rechaço transformar-se em seu fim. O gesto significou uma concessão de poder a grupos da direita liberal, que eram minoria na ANC de 2021-2022. Convém lembrar que a segunda maior força que emergiu da eleição presidencial de 2021 foi a extrema-direita, simbolizada por José Antonio Kast e refratária à substituição da Constituição de Pinochet. Este é o perigo que Boric parece assumir como o principal a ser enfrentado, preferindo construir, portanto, pontes de diálogo com a direita liberal, incitando-a a ir mais para o centro do que para o extremo do seu campo ideológico.

A estratégia teve sucesso em manter vivo o processo constituinte, inclusive seu caráter paritário entre homens e mulheres. Em 12 de dezembro, os presidentes da Câmara e do Senado, Vlado Mirosevic e Álvaro Elizalde, respectivamente, anunciaram o “Acuerdo por Chile”, fruto das negociações entre 14 partidos e três movimentos sociais no Congresso (o Partido Republicano, de extrema-direita, excluiu-se do diálogo). Os parlamentares decidiram estabelecer 12 bases constitucionais que deverão ser contempladas na nova Constituição,

150 Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/noticias-antiores/canciller-antonia-urrejola-se-reune-con-secretario-de-estado-de-ee-uu-y>. Acesso em 19/12/2022.

151 Disponível em: <https://cooperativa.cl/noticias/pais/presidente-boric/presidente-boric-ya-esta-en-chile-tras-su-gira-por-estados-unidos/2022-09-24/093533.html>. Acesso em 19/12/2022.

152 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/vallejo-adelanto-que-side-letters-seran-tratadas-en-gira-de-boric-en-la-apec/>. Acesso em 19/12/2022.

153 Disponível em: <https://www.lanacion.cl/boric-el-estallido-no-fue-una-revolucion-anticapitalista-y-tampoco-fue-una-pura-ola-de-delincuencia/>. Acesso em 20/12/2022.

as quais envolvem a defesa de diversos princípios, tais como o Estado unitário, a unidade da nação, o direito à vida, a manutenção do Senado, o direito à propriedade, a responsabilidade fiscal e a autonomia do Banco Central. Além disso, o acordo prevê, para janeiro de 2023, a eleição, pelo Congresso, de uma Comissão de Especialistas paritária, composta por 24 pessoas de trajetória profissional, técnica ou acadêmica destacada, a quem caberá redigir um anteprojeto de Constituição. Posteriormente, em abril de 2023, será realizada uma eleição popular para uma nova ANC, ora chamada de Conselho Constituinte, novamente paritário e com vagas reservadas a indígenas, mas com apenas 50 assentos (em vez de 155). Este órgão formulará a nova Constituição, a partir do anteprojeto de especialistas (que poderão participar dos debates), entre maio e outubro de 2023. Finalmente, haverá um terceiro órgão, o Comitê Técnico Assessor, composto por 14 juristas renomados e eleito pelo Congresso, que revisará se o que for aprovado pela Comissão de Especialistas e pelo Conselho Constituinte obedece às bases constitucionais acordadas pelos parlamentares. Um referendo popular da nova proposta de Constituição ocorrerá em novembro de 2023¹⁵⁴.

O acordo alcançado seguirá dando enorme poder ao Congresso no processo constituinte e promete dificultar a volta de ideias que estavam presentes na proposta formulada pela ANC de 2021-2022, tais como o Estado plurinacional, a interrupção voluntária da gravidez, a substituição do Senado por um órgão com menos poderes e o dever estatal de prover bens e serviços para garantir a satisfação dos direitos humanos. Contudo, se a promulgação de um novo texto constitucional, ainda que mais moderado, conseguir livrar o Chile de amarras neoliberais da Constituição de Pinochet e ter êxito em entregar a primeira Carta escrita no país por meio do voto popular, Boric terá alcançado um feito de grande importância histórica, diante da ascensão da extrema-direita no país e em outras partes do mundo. Enquanto este processo constituinte não termina, os rumos políticos de seu governo tendem a estar conectados a ele pelos próximos meses, por meio de negociações constantes com a oposição, a fim de garantir-lhe um desfecho controlado pelas forças democráticas do Chile.

154 Disponível: <https://www.senado.cl/noticias/proceso-constituyente/acuerdo-por-chile-definen-consejo-constitucional-comite-de-expertos-e>. Acesso em 20/12/2022.

